



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário do Porto

Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias

**A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES DA LÍNGUA
PORTUGUESA EM PORTUGAL. UM RETRATO DIGITAL**

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de mestre em Comunicação, Redes e Tecnologias, orientada pelo Professor Doutor Pedro Daniel Rodrigues da Costa

Stela Cláudia Cortêz Nuno (a22202751)

Porto, 2025



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário do Porto

Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES DA LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL. UM RETRATO DIGITAL

Dissertação de Mestrado defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto no dia 14/01/2025, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 1058/2024 de 25 de Novembro de 2024 com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a Doutora Ana Filipa Pereira Oliveira;

Arguente: Prof^a Doutora Isabel Moreira Macedo;

Orientador: Prof. Doutor Pedro Daniel Rodrigues da Costa.

Stela Cláudia Cortêz Nuno (a22202751)

Porto, 2025

“Para a maioria dos imigrantes, mudar para um país novo é um ato de fé. Mesmo que você tenha ouvido histórias sobre segurança, oportunidade e prosperidade, ainda assim é um grande salto se afastar de sua língua, de seu povo e de seu país. De suas raízes.” Nicola Yoon

Agradecimentos

Esta dissertação para mim não teria qualquer sentido de dever cumprido, se não agradecesse a todos aqueles que me acompanharam nesta linda e brilhante etapa. A Deus pela vida, sabedoria, capacitação e discernimento, e por colocar as pessoas certas no meu caminho, pois sempre serviram de incentivo para a conclusão desta jornada.

Aos meus familiares por me proporcionarem sempre o que preciso, por todo amor, atenção, carinho incondicional e apoio que sinto todos os dias. Nenhum obrigado será suficiente para compensar os esforços que fazem em mim. Para chegar até aqui foi graças a vocês. Em especial ao meu pai e às mulheres da minha vida: minha mãe e minhas irmãs, que serão para sempre o meu maior exemplo e sem elas nada disto seria possível.

Aos amigos (as) e colegas que deixei em Angola: Stela, Baltazar, Ernesto, Leo Bernardo e tantos outros. Obrigada pela força e incentivos constantes, longas e intermináveis conversas, por estarem comigo, acreditarem em mim, me deixarem ser quem eu sou e por serem o meu refúgio quando precisei e preciso. É extensivo à Juliana, Sílvio, Célio e ao Francisco que, apesar dos seus compromissos, não me deixaram desistir nem levar pelas frustrações e pela desmotivação. Deus não podia ter colocado melhores pessoas no meu caminho.

À minha colega Maria Rebeca, que se tornou um pilar de apoio para mim, e eu para ela. Não me posso esquecer do professor Doutor Pedro Rodrigues Costa pelas orientações, recomendações e sugestões prestadas e por ter aceite este grande desafio de trabalhar comigo na elaboração desta dissertação entre incertezas, dúvidas e questões. Imensa gratidão pelo profissionalismo e conhecimentos académicos transmitidos.

E, finalmente, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para o meu desenvolvimento académico e pessoal. Muito obrigado!

Resumo

Este estudo visa apresentar resultados sobre a integração dos imigrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Portugal, tendo em consideração o uso de algumas redes digitais. Para isso, deu-se início a uma investigação em torno de evolução histórica da imigração desta comunidade no mundo, na União Europeia e posteriormente em Portugal, tendo em consideração os processos de integração através de redes digitais e dos respetivos sistemas tecnológicos.

A integração dos imigrantes da CPLP na sociedade portuguesa é um processo desafiador e de grande importância, no sentido da promoção da diversidade cultural e da inclusão social. Os imigrantes enfrentam barreiras como a língua, a burocracia, o reconhecimento de qualificações e a discriminação. No entanto, o governo português tem implementado políticas e programas de apoio para facilitar a integração desses imigrantes, ainda que grande parte destas comunidades utilizem sistemas informais de integração através das novas tecnologias.

Oriundos de países com hábitos e culturas diversas, os imigrantes têm, com frequência, dificuldades de inserção social, representando um problema para os governos dos países de acolhimento que procuram desenvolver medidas integradoras nas mais diversas esferas da vida em sociedade, com realce para a habitação, saúde e educação.

Com recurso à caracterização da realidade migratória em Portugal e à execução de um inquérito por questionário com 120 respostas válidas, junto de vários imigrantes da CPLP, pretendemos analisar que estratégias digitais foram utilizadas pelos imigrantes na integração em Portugal e quais as dificuldades e constrangimentos maiores desse processo.

Palavras-chave: Comunicação, Imigração; Redes Digitais; WhatsApp; Integração Social.

Abstract:

This study aims to present results on the integration process of immigrants from the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) in Portugal, taking into the use of some digital networks. To this end, an investigation began into the historical evolution of this community's immigration around the world, in the European Union and later in Portugal, taking into integration processes through digital networks and the respective technological systems.

The integration of CPLP immigrants into Portuguese society is a challenging and extremely important process in terms of promoting cultural diversity and social inclusion. Immigrants face barriers such as language, bureaucracy, recognition of qualifications and discrimination. However, the Portuguese government has implemented policies and support programs to facilitate the integration of these immigrants, even though a large part of these communities use informal integration systems through new technologies.

Often coming from countries with different cultures, immigrants have difficulties in social integration, representing a problem for the governments of the host countries who seek to develop integrative measures in the most diverse spheres of life in society, with emphasis on housing, health, education, among others.

Using the characterization of the migratory reality in Portugal and the application of a questionnaire survey with 120 valid responses, together with several immigrants from the CPLP, we intend to analyze which digital strategies were used by immigrants in their integration in Portugal and we see the difficulties and major constraints of this process.

Keywords: Communication, Digital Networks; Immigration; WhatsApp; Social Integration.

Abreviaturas

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

AIMA - Agência para Integração Migração e Asilo

UE - União Europeia

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIII - Plano de Integração de Imigrantes

SEF - Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

CNAI - Centro Nacional de Apoio a Integração

CLAI - Centro de Apoio à Integração Local Imigração

INE - Instituto Nacional de Estatística

DGEEC - Direção Geral de Estatística de Educação e Ciências

Índice

Introdução.....	11
Capítulo I - Enquadramento teórico.....	15
1.1.1 - Evolução da Imigração na Europa	16
1.1.2 - Origem das Comunidades dos Países da CPLP.....	18
1.1.3 - A Língua Portuguesa.....	21
Capítulo II - Enquadramento Empírico.....	26
2.1.1 - Integração e Socialização dos imigrantes.....	27
2.1.2- Plano de Integração dos Imigrantes.....	29
2.1.3- Portugal tem sido capaz de integrar os imigrantes na sociedade.....	35
2.1.4 - Impacto das migrações na demografia e na economia portuguesa.....	40
2.2- A influência da Internet na integração dos imigrantes.....	42
2.2.1 - Comunicação, Redes e as Tecnologias.....	
2.2.2 - As Plataformas digitais e as Comunidades Imigrantes.....	46
Capítulo III - Metodologia	49
3.3.1 - Metodologia da Investigação	50
3.3.2 - Desenho da investigação.....	50
3.3.3 - Caso de estudo.....	
3.4 - Instrumento de Investigação.....	51
3.4.2 - Inquérito por questionário aos imigrantes.....	
Capítulo IV - Apresentação, Análise e discussão dos dados	54
4.1 - Análise do Inquérito.....	55
4.2 - Discussão de dados	68
4.3 - Correlação dos resultados	70
Capítulo V - Conclusão.....	73
Referências bibliográficas	80

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - NACIONALIDADE.....	
GRÁFICO 2 - IDADE.....	
GRÁFICO 3 - PROFISSÃO	
GRÁFICO 4 - ESTADO CIVIL	
GRÁFICO 5 - GÊNERO.....	
GRÁFICO 6 -RESIDENTE, ATUALMENTE EM PORTUGAL?.....	
GRÁFICO 6.1 - SE SIM, EM QUE CIDADE / DISTRITO?.....	
GRÁFICO 6.4 - É SABIDO QUE MUITAS VEZES OS IMIGRANTES ENFRENTAM BARREIRAS COMO A LÍNGUA, O RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÕES E/OU DISCRIMINAÇÃO. FOI O SEU CASO?.....	
GRÁFICO 6.6 - OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SÃO DESENVOLVIDOS PARA MELHORAR ESSE PROCESSO.ACHA QUE EM PORTUGAL ESSES PROGRAMAS PRECISAM DE MELHORIAS?.....	
GRÁFICO 7 - SE ESTEVE ENVOLVIDA (o) NUM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL, UTILIZOU, ANTES DE CHEGAR A PORTUGAL, A INTERNET PARA ENCONTRAR INFORMAÇÕES ACERCA DOS HÁBITOS E VALORES DA CULTURA PORTUGUESA	
GRÁFICO 7.1 SE SIM, EM QUE SITES OU PLATAFORMAS (PODE ESCOLHER MAIS DO QUE UMA OPÇÃO).....	
GRÁFICO 7.2 SE RESPONDEU “OUTRA OPÇÃO” NA QUESTÃO ANTERIOR (7.1) QUAL?.....	
GRÁFICO 7.3 SE SIM, ATRAVÉS DE QUE DISPOSITIVO TECNOLÓGICO? (PODE ESCOLHER MAIS DO QUE UMA OPÇÃO).....	
GRÁFICO 7.4 FAZ, OU FEZ PARTE, DE ALGUM GRUPO DE WHATSAPP, TELEGRAM OU OUTRA REDE DIGITAL COM OBJETIVO DE FACILITAR A SUA INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL.....	
GRÁFICO 7.5 SE RESPONDEU “SIM” NA QUESTÃO ANTERIOR (7.4), EM QUAL PLATAFORMA DIGITAL.....	
GRÁFICO 7.6 CONHECE ALGUÉM QUE TENHA USADO ALGUMA PLATAFORMA DIGITAL PARA FACILITAR A SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL, ENQUANTO IMIGRANTE, EM PORTUGAL?... ..	
GRÁFICO 8 CONSIDERA QUE AS REDES SOCIAIS SÃO INSTRUMENTOS ÚTEIS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL?.....	

GRÁFICO 9 - TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES,
POSICIONE-SE: CONSIDERO A MIMHA VARIANTE DE PORTUGUÊS
(BRASILEIRO, MOÇAMBICANO, ANGOLANO, CABO-VERDIANO ETC)
RESPEITADA PELOS PORTUGUESES NAS INTERAÇÕES DIGITAIS QUE
TENHO.....

GRÁFICO 9.1 AS COMUNIDADES DIGITAIS PODEM CONTRIBUIR PARA
FORTALECER OS LAÇOS ENTRE OS IMIGRANTES DE LÍNGUA
PORTUGUESA E A SOCIEDADE PORTUGUESA.....

GRÁFICO 9.2 AS TECNOLOGIAS EM GERAL, E AS REDES DIGITAIS EM
PARTICULAR, INFLUENCIAM POSITIVAMENTE A INTEGRAÇÃO EM
PORTUGAL?.....

GRÁFICO 9.3 OS IMIGRANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA SÃO MAL
TRATADOS NAS TECNOLOGIAS, EM PORTUGAL.....

GRÁFICO 9.4 OS IMIGRANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA SÃO TRATADOS
COM O RESPEITO NECESSÁRIO.....

GRÁFICO 9.5 OS IMIGRANTES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PORTUGAL
NÃO SÃO INCLUIDOS NAS VÁRIAS DINÂMICAS SOCIAIS.....

Introdução

As migrações em geral e a imigração em particular, sobretudo em grande escala, ocorreram com forte impacto sobretudo nos séculos XIX e XX. Todavia, trata-se de um fenómeno antigo que remonta aos tempos pré-históricos quando os humanos começaram a migrar em busca de novas terras e recursos. Ao longo dos séculos, as migrações tornaram-se uma componente cada vez mais importante do crescimento económico e do acesso a melhores condições de vida. Embora a migração seja um ato individual, é um fenómeno global que foi e é fundamental para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das civilizações (Dias & Gonçalves, 2007).

Por seu turno, e ao longo dos anos, o fenómeno da imigração em Portugal tem assumido uma certa complexidade e intensidade. Para além de exigirem esforços e questionamentos excessivos aos imigrantes, os sujeitos de imigração enfrentam diferentes visões do mundo, mas também colocam enormes desafios às sociedades de acolhimento, especialmente em termos de mobilidade social e de promoção da integração. Muitos são os fatores responsáveis pelas mudanças nos ambientes migratórios, sendo os mais relevantes os avanços nos sistemas internacionais de transporte e de comunicação (Machado & Azevedo, 2009).

A migração pode ocorrer interna ou externamente, temporária ou permanentemente, regular ou irregularmente, voluntariamente ou pela força. Os motivos que levam alguém a imigrar ou a mudar-se para diferentes partes do mundo são muito diversos e complexos. Todavia, há três grandes categorias de imigrantes: refugiados, trabalhadores temporários e imigrantes permanentes (Castells, 2013).

Existem vários temas relacionados com a migração, incluindo motores de mudança económicos, políticos, demográficos e ambientais (Castells, 2013). Miller (2013) acrescenta também que há diferentes categorias – migrantes económicos, refugiados, pessoas deslocadas internamente e estudantes internacionais –, que posteriormente se constituem em diferentes motivações.

Além dos fatores propostos por Castells (2013) e Miller (2013), que podem ter dimensões várias (nacionais, religiosas, raciais, políticas, de segurança, sexuais ou mesmo culturais, entre outras), as migrações demográficas e económicas relacionam-se fundamentalmente com padrões laborais, desemprego e estabilidade económica no país de origem. A falta de oportunidades no país de origem pode ser uma razão, enquanto salários mais elevados, melhores oportunidades de emprego, acesso a cuidados de saúde e acesso generalizado à educação estão entre as razões que mais atraem o processo de migração.

O surgimento da Internet trouxe mudanças profundas nas comunidades, especialmente ao nível dos processos de comunicação e socialização. Esta exige que as práticas e os discursos científicos se adaptem às novas realidades tecnológicas. Embora existam numerosos estudos sobre as realidades vividas pelas comunidades imigrantes, especialmente nos domínios da saúde

(Dias & Gonçalves, 2007; Machado & Azevedo, 2009), da integração (Pires, 2003), das atividades laborais (Peixoto, 2002) e das associações de imigrantes (Albuquerque, 2000; Perez, 2004), bem como estudos que enfatizam a importância da Internet para a sociedade (Cardoso, 2003; Castells, 2002, 2004, 2007), a investigação que liga novas tecnologias às comunidades imigrantes permanece escassa.

No entanto, os estudos já realizados tendem a privilegiar determinados aspetos da utilização das plataformas digitais, sem esquecer o real impacto da utilização da Internet no processo de integração e socialização dos imigrantes. Alguns autores destacam o importante papel que esta forma de comunicação desempenha na vida das comunidades imigrantes, especialmente na procura de informação sobre a sociedade acolhedora. Existem algumas visões divergentes em estudos que destacam a relação entre os meios de comunicação social e as comunidades imigrantes, destacando a importância dos meios de comunicação social na comunicação e a subsistência de ligações com o país de origem (Elias & Lemish, 2006, 2008). A necessidade de tecnologias de comunicação na identificação e implementação dos interesses dos imigrantes foi também salientada por Burrell & Anderson (2008).

Neste sentido, o objetivo central desta dissertação consiste na investigação e análise da integração dos imigrantes com prioridade para os conhecimentos sobre o uso e consumo da Internet nas referidas comunidades (Ferin, 2008; Cogo, 2012) bem como perceber a influência da utilização de plataformas digitais no processo de integração e adaptação ao novo país (Branco, 2012). Se relacionarmos os dados que mostram a importância dos meios de comunicação social na comunicação e integração (Cardoso, 2003; Oliveira et al., 2004) com a magnitude das comunidades imigrantes do país de acolhimento (Papademetriou, 2008), vemos que faz sentido um olhar mais atento. Centrar-se nas múltiplas vantagens da utilização de determinados meios tecnológicos é fundamental para reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão e integração social das comunidades imigrantes.

Este estudo insere-se então no estudo da imigração e respetiva integração. Sabendo de antemão que a realidade existente destas comunidades é difícil de estudar e aprofundar, decidi dividir a pesquisa em algumas etapas metodológicas básicas. A primeira etapa baseia-se nas questões a investigar e visa compreender como as comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa se integram em Portugal e qual o papel que as tecnologias digitais desempenham no processo de comunicação e integração. A segunda etapa incluiu um questionário dirigido à comunidade imigrante dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de ajudar a compreender melhor a importância das novas tecnologias na vida das populações migratórias. Esta etapa pretende também avaliar o valor da Internet em termos de comunicação, socialização e integração na referida comunidade, para que fins é utilizada e quais as ferramentas tecnológicas mais utilizadas pelos imigrantes. O desenvolvimento desta investigação revelou-se

extremamente importante, pois a complementaridade das duas etapas contribuiu para uma melhor compreensão e esclarecimento das questões a investigar.

Para realizar este estudo, dividimos o texto em diversas partes, incluindo capítulos gerais, e finalizamos com algumas considerações.

O primeiro capítulo, intitulado “*A Evolução das Migrações na Europa*”, introduz o objeto do nosso estudo: a imigração. Neste capítulo mencionarei o desenvolvimento histórico da imigração, bem como o processo de estabelecimento da União Europeia e as origens da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No segundo capítulo, intitulado “*Integração e Socialização dos Imigrantes*”, destaco o processo pelo qual os cidadãos estrangeiros se tornam membros e participantes ativos da sociedade de acolhimento, uma referência que abrange a cultura, os valores, as normas e o acesso aos serviços básicos. Os capítulos três e quatro têm como objetivo apresentar a metodologia utilizada e os resultados obtidos no estudo através da aplicação e análise do questionário baseado em argumentos apresentados pelos inqueridos.

Espero, no final deste estudo, contribuir não só para o conhecimento académico, mas também para oferecer algumas boas práticas e estratégias para o desenvolvimento deste processo de integração social, tendo por base as tecnologias e estratégias utilizadas. Acredito que, desta forma, os resultados a obter poderão dar argumentos úteis sobre a questão do impacto que as plataformas digitais têm na comunicação e integração dos imigrantes em Portugal.

Parte I - Enquadramento Teórico

1.1.1 - História e Evolução da Imigração na Europa

A imigração na Europa e em Portugal remonta a séculos, com diferentes períodos e motivos ao longo da história. Houve movimentos populacionais dentro da Europa, emigração devido a conflitos, conquistas territoriais e mudanças económicas. Desde o século XV, Portugal tem sido um dos países pioneiros na vanguarda das descobertas e da expansão marítima. Naquela época, um movimento significativo de portugueses foi levado para territórios novos para os europeus, como Brasil, Índia, África e Ásia (Curto, 2014).

Portanto, a historiografia atual, como demonstrado por Diogo Ramada Curto (2014), que descreve algumas das implicações negativas da escravidão, exploração económica ou conflitos locais criados pela colonização em sua complexidade e resultados, continua a ser uma questão de grande importância. A partir do século XV, os países europeus começaram a expandir os seus territórios para outras regiões do mundo, como África, Ásia e América. A abertura dessas regiões resultou em um enorme tráfico humano entre a Europa e as colónias em termos de colonos, comerciantes, funcionários públicos e escravos.

Na apelidada *Era dos Descobrimentos*, Portugal estabeleceu várias colónias africanas, asiáticas e latino-americanas. Um grande número de portugueses se estabeleceu no Brasil, Angola, Moçambique e outras partes de suas colónias, e iniciou um processo de movimentação de pessoas entre essas áreas. Nos séculos XIX e XX, Portugal conheceu várias ondas de emigração devido a crises económicas e políticas. Vários portugueses migraram para o Brasil, onde passaram a constituir comunidades importantes. De facto, os fluxos migratórios são fundamentais para a construção do mundo como ele é e, sempre foram considerados uma das principais forças de mudança social em todo o globo, com o poder de destacar, substituir ou interromper certos processos económicos, jurídicos, políticos, sociais ou culturais (Baganha et al., 2010; Castells, 2005 em Góis e Marques 2018). Para Marques (2008), a natureza multidimensional dos fluxos migratórios e a variedade de disciplinas criam dificuldades na definição de limites conceituais fixos e, portanto, contribuem para a pluralidade de definições relacionadas ao fenómeno migratório.

Na história do asilo na Europa, é importante mencionar que, após a Segunda Guerra Mundial, a aprovação em 1951 da Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados permitiu a admissão de um grande número de pessoas por meio de programas de reprocessamento. Como Ramada Curto (2014) observou, até meados da década de 1980, o número de requerentes de asilo em países europeus permaneceu relativamente baixo. Telsaç e Telsaç (2022) concluíram que a migração ocorre por diferentes razões, compreendendo fatores económicos, políticos, demográficos, sociais e naturais. Pobreza, desemprego, insegurança no trabalho e assistência médica são as causas dessa migração. Portugal, de facto, também estabeleceu colónias em diferentes partes do mundo, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste, entre outros.

Durante o período colonial, a maior parte da migração ocorreu entre Portugal e suas colónias. A partir da década de 1980, fim da guerra colonial, gerou uma onda migratória e muitos regressaram. Portugal começou a experimentar níveis crescentes de imigração, principalmente devido à sua adesão à UE e ao crescimento económico.

Quanto ao declínio relativo aos estrangeiros dos países mais desenvolvidos, que eram da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, uma diminuição relativa de pessoas provenientes de países africanos de língua portuguesa é compensada por um aumento da comunidade brasileira e de nacionais da Europa de Leste. Deste modo, enquanto em 2002, em Portugal, os cinco grupos nacionais numericamente mais importantes eram, por ordem decrescente, Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Reino Unido, em 2012, essa ordem passou a ser a seguinte: Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Roménia e Angola (Telsaç e Telsaç, 2022).

No processo de instituição da União Europeia (UE), o *Acordo de Schengen* permitiu que a Europa fortalecesse as suas fronteiras externas, ampliando o controle da migração de outros países e enfraquecendo as fronteiras internas, facilitando a livre circulação dos cidadãos europeus. Dentro da UE e do *Espaço Schengen*, onde existe livre circulação, as diferentes perspetivas nacionais sobre como lidar com a imigração e com a manutenção das fronteiras externas tornam a partilha de soberania um assunto extremamente delicado.

A história dos primeiros imigrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é marcada por diversos contextos históricos e socioeconómicos. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné Equatorial, partilhando um legado comum de colonização portuguesa, o que influenciou significativamente os padrões migratórios entre esses países. O Brasil, como sendo a maior colónia portuguesa, recebeu muitos imigrantes de Portugal ao longo dos séculos. Além disso, a escravidão trouxe milhões de africanos, especialmente de Angola e Moçambique, para trabalhar nas plantações. Após a independência, o Brasil continuou a receber imigrantes portugueses, que vieram em busca de melhores oportunidades económicas. A integração de Portugal à União Europeia em 1986 facilitou a migração de cidadãos da CPLP para outros países europeus, o que tornou o país um destino importante para estudantes e trabalhadores de países da CPLP, oferecendo oportunidades de educação superior e emprego. Apesar de que, a integração da CPLP nos países de acolhimento continua a ser um desafio, com questões relacionadas a habitação e emprego.

Hoje, a mobilidade dos imigrantes dos países de língua portuguesa no mercado de trabalho português é marcada por uma inserção diferenciada e segmentada. Apesar dos laços históricos e culturais que facilitam a chegada e a integração inicial, desigualdades significativas ainda persistem em termos de acesso a emprego, condições de trabalho e progressão na carreira. (João Peixoto, 2008).

1.1.2 - Origem da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP

A ideia de criar uma comunidade de países e povos de língua portuguesa, unindo os territórios através de recursos históricos e de uma língua comum, tem servido para alcançar uma visão comum de desenvolvimento democrático com que há muito as pessoas sonham. De acordo com o site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1983, o Ministro das Relações Exteriores de Portugal, Jaime Gama, durante uma visita oficial a Cabo Verde referiu, por outras palavras, que A CPLP busca coordenar e descentralizar o poder entre os países da África, Europa e Américas envolvidos no diálogo tricontinental. Considerou que as etapas detalhadas enfatizarão a convocação de conferências rotativas de chefes de estado/governo a cada dois anos regularmente, promovendo reuniões anuais de ministros e realizando consultas políticas frequentes entre os líderes políticos dos países, bem como reuniões com os representantes das Nações Unidas ou outras organizações internacionais como uma questão de rotina, e desse modo promovendo o estabelecimento do Grupo dos Países de Língua Portuguesa (Gama, 1983). Em novembro de 1989, em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, uma representação da reunião de presidentes foi notada e convidada por José Sarny. A Reunião decidiu estabelecer o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que ficaria encarregado das missões de promoção e difusão da cultura e da língua comum dentro da comunidade. Neste sentido, “o conceito de relações culturais internacionais reflete essencialmente o comportamento da diplomacia e a cooperação cultural entre dois ou mais países e a circulação normal de produtos culturais entre países através de indivíduos, grupos e instituições” (Graça, 1992, pp. 253-55).

O cenário mundial em que se concretizava a construção e o surgimento da CPLP como instituição é o de um período de transição no qual os assuntos não se tratavam mais de corridas armamentistas e de segurança nacional, diante da bipolaridade existente no período da Guerra Fria. A partir da década de 1990, “com o recrudescimento da bipolaridade, novos assuntos surgiam com a globalização, e esse período se transformava em incerteza devido ao novo mundo multipolar em que cada país, nação, possui diferentes interesses” (Feijó Sobrinho, 1997 p. 19-24.). Nesse sentido, percebe-se que o objetivo da CPLP é organizar e dialogar com tais interesses de modo a satisfazer as necessidades dos países membros e, principalmente, de Angola, Cabo -Verde, Guiné - Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste. Além de Brasil e Portugal que compõem o triângulo estratégico, já que estão cada vez mais unidos em relações estreitas, a partir da sua institucionalização.

O novo panorama, que a nova ordem internacional traz para as relações internacionais, está exemplificado na seguinte ideia: a necessidade de maior aprofundamento das relações Sul/Sul, sejam bilaterais ou multilaterais, do ponto de vista político, económico e cultural, inscrita numa

política externa tanto na linha tradicional da sua vivência histórica, como na base da evolução da situação política internacional, no sentido de corrigir e reduzir a assimetria Norte-Sul.

De acordo com Feijó Sobrinho (1997), a CPLP é então percebida como um agrupamento dos países para uma atuação em bloco, diante das transformações do novo cenário internacional. Ainda nesse período, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, não se pode ficar imobilizado diante das profundas e aceleradas mudanças, à espera de horizontes mais nítidos de condições ideais para supostamente decidir o modo de agir mais seguro. Hoje, as pessoas não se envolvem no processo de transformação do mundo equivale a privatização dos seus eventuais benefícios. Além disso, a CPLP, de igual modo, possibilitaria um maior aproveitamento das relações entre os países membros, como também uma oportunidade para estreitar a cooperação em prol dos interesses comuns. O contexto no qual a CPLP se encontrava, diante desse período de transição, era favorável à inserção e à representação internacional dos que a compunham. Esse momento está representado no seguinte trecho:

Não conceber em termos de estratégia global este multiplicador de força linguístico seria menosprezar um importante instrumento que os países de expressão portuguesa têm ao seu dispor e suscetível de aumentar de modo indelével a sua capacidade de afirmação internacional, independentemente das suas particularidades e das organizações regionais em que já se encontrem inseridos. Dessa forma, entende-se que o contexto internacional da década de 1990 é favorável para a criação de uma institucionalização pós-colonial e, assim, propiciar maior diálogo entre as nações, formando a base para o surgimento da CPLP. Da superação para a cooperação, pauta-se nesse momento de transformações, e, também, nos seus aspetos culturais e linguísticos comuns, a língua portuguesa: “No texto pós-colonial, o problema da identidade retorna como um inquérito constante no enquadramento, do espaço de representação, em que as imagens da pessoa desaparecida, o olho invisível, o estereótipo oriental, são confrontadas com a sua diferença” (Bhabha, 1998, p. 79).

As visões apresentadas acima são construídas a partir do início da constituição da CPLP, tendo um contexto mais otimista da sua criação e não tão crítico em relação às dificuldades enfrentadas por e entre os países membros. Pode-se caracterizá-las como uma compreensão mais oficial, no sentido de se pautar pela oficialização da organização, em âmbito internacional, como um grupo que possui características em comum, como a lusofonia, a língua portuguesa. Segundo Freixo (2009), a construção desse espaço representa a lusofonia em um projeto português de reinserção internacional que se pauta em um momento pós-Guerra Fria e de uma nova ordem mundial/globalização nas relações entre os países; uma tentativa de Portugal de reaproximação com os países que foram suas colónias.

Desse modo, há uma percepção mais crítica em relação à CPLP no sentido de que descreve Freixo (2009), o alicerce simbólico para a construção desse espaço lusófono estava no interesse

de Portugal na reaproximação com suas ex-colônias. Além disso, após a sua origem, a diversidade e heterogeneidade de interesses geraram conflitos internos na comunidade que não se restringiam ao aspeto linguístico e cultural. Todavia, esse conjunto de dificuldades internas da CPLP pode indicar um projeto em constante construção, inacabado, e que não vai se configurar como um espaço de protagonismo internacional, mas sim de um protagonismo de representação da lusofonia no mundo, ou seja, um espaço de integração regional.

Segundo Freixo (2009, p. 70), “a CPLP acabou por ser mais uma organização menor entre as muitas que existem a nível internacional, mas até agora não se concretizaram as premissas para a sua criação”. A história colonial não elimina os conflitos associados ao processo de dominação colonizador sobre colonizado. Neste contexto, recomenda-se, a proposta de um encontro de culturas que não consegue apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de civilização. E são justamente essas feridas ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído para a já mencionada posição reticente e, por que não dizer, de desinteresse de alguns países dos PALOP em relação à constituição da CPLP (Freixo, 2009, p. 70).

Tal argumento é partilhado e analisado pelo autor português Boaventura de Sousa Santos (2002), que aborda a globalização como sendo pautada em dinâmicas de poder por cima (norte) e por baixo (sul) como constelações de práticas, processos de integração tanto regional, económico, político, social, quanto global. Nesse sentido, Portugal é considerado semi periférico no contexto europeu, porém, as relações com suas ex-colônias trariam uma influência mundial maior. Assim, para Santos (apud Freixo, 2009, p.105), “em termos simbólicos, Portugal estava demasiado longe da Europa para ser colonizador consequente e estava demasiado próximo de suas colônias para ser plenamente europeu”. Desta feita, se caracteriza a teoria do sistema-mundo que lida com as relações internacionais interativas nos campos da economia política, do social, do cultural e da geopolítica. O sistema-mundo, assim, tem como composição as práticas transnacionais, buscando construir consensos que vão definir ajustes no âmbito da CPLP mesmo com as dificuldades e os conflitos de interesses no cenário internacional em transformação.

Além disso, as expectativas em relação à criação de uma comunidade eram diferentes e acabaram por ser frustradas, no que tange às novas relações de poder e de influências desses países no cenário internacional. Assim, Santos (apud Freixo, 2009) faz crítica ao foco e à construção de neocolonialismos por parte de Portugal e do Brasil, mesmo que ainda assim a cooperação por meio da CPLP seja relevante em âmbito internacional, desde a perspectiva de um espaço que compartilha histórias, identidades e a língua portuguesa. A partir dessa perspectiva, pode-se construir um ponto de vista de superação e de transformação, que potencializa a cooperação apesar do passado colonial.

1.1.3 - A língua portuguesa

A língua, como fator fundamental e reflexivo da identidade cultural nacional, se transforma num fenómeno transnacional, um veículo de comunicação entre várias nações, com implicações no aprofundamento da interdependência entre os povos pela interação das suas culturas. Segundo Martins (apud Feijó Sobrinho, 1997, p.44), “a língua e a cultura constituem elementos essenciais à identidade cultural; é pela afirmação e reconhecimento desses elementos de cada uma das nacionalidades e na interação entre diversas línguas e culturas que se poderá constituir um espaço multicultural”.

A utilização da língua portuguesa como fator além-fronteira, transnacional, é uma das bases para a criação da Comunidade e para a sua difusão e importância, tanto nacional quanto internacionalmente. O desejo de uma formação institucional é herdeiro do período colonial, no qual D. João criou a Comunidade Luso-Brasileira e, ainda no início do século XX, há a ideia de uma Federação Luso-Brasileira, já que o Brasil era independente. Esse desejo de criação de uma comunidade agregando os países que possuem a língua portuguesa se perpetrou até a década de 1980, durante a qual, finalmente, é anunciada por Sarney, devido à reunião entre os chefes de governo dos respetivos países (Saraiva, 2001).

O Brasil teve um papel crucial e de grande relevância no seu empenho para que os projetos de criação da CPLP e de difusão da língua portuguesa se concretizassem, tendo a diplomacia como um dos mecanismos-chave de política externa (entre todos os Estados membros). O contexto nacional brasileiro foi se tornando cada vez mais favorável, devido à redemocratização estabelecida a partir da década de 1990, sendo o portador de voz internacional no sistema, por sua maior participação nas relações internacionais.

O Brasil, “detentor deste potencial, no contexto da lusofonia, constitui um país do futuro constantemente afirmado, não lhe cabendo outro papel senão o de dinamizador do sistema” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 50). Devido a alguns fatores como a dimensão territorial (de peso na América do Sul), de presença no Atlântico Sul, de voz e participação internacional, além das suas aspirações em relação à CPLP, o Brasil faz frente com Portugal: “Deu-se continuidade a uma linha de conduta que historicamente tem feito da política externa um fator de credibilidade para o país e assegurado o seu lugar como participante respeitado e influente da vida internacional” (Lampreia, 1998, p. 15).

De acordo com Feijó Sobrinho (1997), ainda no governo de Sarney, José Aparecido de Oliveira, um importante ministro da Cultura e depois embaixador em Portugal, é o representante dos interesses de política externa brasileira e, assim, com a incumbência do então presidente, viaja para os países de língua portuguesa, para que seja posto em prática o tão estimado projeto (CPLP); “O Brasil, ao tomar a iniciativa de convidar os países irmãos a estruturar, num esforço

conjunto, uma política articulada para a defesa do património linguístico comum, reconhecia que havia amadurecido o momento para o ambicioso projeto” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 52).

Saraiva (2001) e Nogueira e Messari (2005) descrevem que foi a partir da década de 1990 que a promoção da criação efetiva da comunidade se torna prioridade, por parte do governo de Itamar Franco, e, ainda, é o momento no qual os estudos voltados para o pós-colonialismo se desenvolvem com maior ênfase. Nesse período, Celso Amorim na altura embaixador e porta-voz da Assembleia Geral da ONU, em 1993, argumenta que as principais características na formação da comunidade são a cooperação e a solidariedade internacional.

Essa atitude tem grande apoio do governo português. Ainda assim, há posições contrárias à institucionalização, como a do Itamaraty, devido à situação do Timor-Leste. Mesmo com a mudança de governo de Itamar Franco para o de Fernando Henrique Cardoso, o projeto ainda é prioridade, até que, depois de muitos debates, mesas-redondas e reuniões dos chefes de Estado, se concretiza a CPLP em 1996.

A CPLP, então, é criada oficialmente em 17 de julho de 1996, com o objetivo de propagar/difundir a língua portuguesa, já que os seus sete membros e o seu convidado, Timor-Leste (na época em vias de se tornar membro com a independência), são lusófonos. Essa é a terceira língua mais falada no Ocidente, deixando somente a sua frente o inglês e o espanhol, isso devido a uma construção da identidade cultural e linguística comum originária da colonização e influência portuguesa (Saraiva, 2001). Porém, a língua portuguesa no contexto da CPLP não é mais vista como uma língua colonialista, mas sim aquela que caracteriza e integra os países membros de forma cooperativa. Nesse ponto, retoma-se Bhabha (1998), para afirmar o quanto as relações do passado podem inovar e reconfigurar a atuação do presente, ou seja, uma reconfiguração que se apresenta na forma de uma institucionalização, a da CPLP.

Com base em Saraiva (2001), argumenta-se que, além disso, a CPLP, oficialmente estabelecida, proporciona integração e solução de conflitos entre os Estados membros, os quais estavam passando por processos de transformação, tanto no que tange ao nacional quanto ao internacional. Angola estava em clima de guerra civil, buscando superar esse difícil momento, e Brasil e Portugal em processo de redemocratização. Essa lógica em torno da integração traz também maior reconhecimento internacional diante de outros países e proporciona a ampliação das relações internacionais por intermédio da CPLP. Tal argumento é exemplificado no seguinte trecho:

Embora uma situação menos conturbada fosse obviamente preferível, e permaneça como um desafio importante, o essencial para viabilizar a CPLP era o estabelecimento de Estados soberanos, reconhecidos interna e externamente, e minimamente empenhados em estabelecer instituições compatíveis com a democracia [...] um dos papéis da CPLP tem sido, justamente, a busca da solução de conflitos nos países

membros. Atuou positivamente na mediação da crise guineense e considera a busca da paz em Angola prioridade absoluta.

Os argumentos expostos acima caracterizam a prioridade dada pelos países de língua portuguesa com respeito à democracia e à cooperação e, por conseguinte, à superação do passado de opressão colonial, ou seja, define um momento pós-colonial. Nesse sentido, faz-se uma retomada ao discurso brasileiro de 1963, diante do contexto de Guerra Fria e intermediado por Araújo Castro, a respeito dos três “Ds”, Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização (Araújo Castro, 1982).

Nesse contexto, a língua portuguesa caracterizava, segundo Freixo (2009, p.130), “O elemento fundamental de identidade através do qual os povos das terras coloniais portuguesas puderam expressar-se plenamente, mesmo nos momentos em que os povos da Ásia e de África iniciaram o processo de luta pela libertação e pela descolonização”. Na perspectiva da década de 1990, este discurso deslocou a descolonização para a democratização, uma prioridade para os Estados membros da CPLP.

O português não é apenas uma forma de expressão, mas também uma atitude, um símbolo de existência e de estilo de vida, apostando na tolerância e na convivência aberta entre as pessoas. A CPLP ganha assim impulso com o reconhecimento de que a democracia e a cooperação são possíveis dentro e entre regiões que até recentemente estavam condenadas ao autoritarismo e à instabilidade.

Com o advento da globalização, marcado por acontecimentos internacionais, como a derrube do muro de Berlim e o termino da Guerra Fria, a democracia, como já citada, foi um parâmetro constitutivo da CPLP. Tal aspeto da transformação internacional permitiu um estímulo à sobrevivência e à promoção/difusão da língua portuguesa, assim como estímulo às características culturais dos países membros da CPLP, descartando-se a possibilidade de empobrecimento cultural por falta de divulgação e de conhecimento (Saraiva, 2001).

Nos primeiros anos de institucionalização da CPLP, os desafios se concretizavam na efetiva superação do passado, na promulgação da democracia e da paz, e, portanto, na resolução de conflitos. Além disso, era preciso estabelecer os parâmetros de organização e de tomada de decisões frente aos acontecimentos internos e externos à CPLP e às suas relações internacionais. Tal organização institucional é repartida em Convenção de Chefes de Estado e do Governo, também conhecida como Cimeira; Conselho de Ministros; Comité de Concertação Permanente e Secretariado Executivo (Saraiva, 2001, p.41).

A CPLP é um projeto político baseado na língua portuguesa, no vínculo histórico e na herança comum de nove países que formam um espaço geograficamente descontínuo marcados por uma língua comum. Este facto de solidariedade apoia ações conjuntas cada vez mais importantes e impactantes em todo o mundo. O objetivo geral da Comunidade de Línguas Portuguesas é a conformidade política e a contribuição nos domínios social, cultural e económico. Para atingir

estes objetivos, a Comunidade promove a coordenação sistemática das atividades das instituições públicas e das entidades privadas e esforça-se por reforçar a cooperação entre os Estados membros. As ações desenvolvidas pela CPLP têm objetivos claros e traduzem-se em diretivas concretas que visam setores prioritários como a saúde e a educação, a segurança alimentar e o ambiente. Para tal, esforçam por mobilizar forças e recursos internos e externos, estabelecer mecanismos e simplificar os mecanismos existentes.

Parte II - Enquadramento Empírico

2.1.1 - Integração e Socialização dos imigrantes

A integração dos imigrantes refere-se ao processo pelo qual os imigrantes se tornam membros ativos e participantes da sociedade do país de acolhimento. Envolve a adoção da cultura, valores e normas, bem como o acesso a direitos, oportunidades e serviços básicos. A integração é um conceito que ainda não alcançou consenso e é frequentemente utilizado de forma vaga no discurso político. No geral, pode-se afirmar que a integração se refere a políticas e medidas que visam promover a coesão social, aproximando as condições de vida de todos os habitantes, enquanto procuram promover a sua identificação com uma comunidade política, gerando e fortalecendo laços sindicais e políticos. Partilhar valores e práticas entre todos (Costa, 2015, p.56).

A intervenção pública pode, portanto, assumir muitas formas devido a diferenças contextuais e históricas nas realidades nacionais, o que significa que não existe um modelo único de integração (Cesareo, 2011; Scholten, 2011). Em consequência das medidas adotadas e dos objetivos que se pretendem alcançar, a política de integração pode traduzir-se num dos seguintes modelos: assimilacionismo, diferencialismo, multiculturalismo ou interculturalismo (Costa, 2015; Scholten, 2011).

Os fluxos migratórios para Portugal assumiram uma dimensão mais significativa no início da década de 90 do século passado. No período logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, e na sequência do processo de descolonização, ocorreu um regresso significativo de portugueses estabelecidos nas ex-colónias portuguesas (os denominados “retornados”), o qual terá envolvido pelo menos 471.427 portugueses (Pires, 2003).

Na sequência da entrada em vigor do *Acordo de Schengen*, o qual visou estabelecer a liberdade de circulação de pessoas na Comunidade Europeia e da realização de vários processos extraordinários de regularização de imigrantes em situação irregular, ocorreram dois importantes fenómenos: o aumento significativo da população estrangeira residente no território português e uma mudança nos grupos nacionais com um maior número de residentes em Portugal.

Em relação ao primeiro aspeto, a população estrangeira em Portugal com títulos de residência válidos (incluindo autorizações de permanência) superou as 350.000 pessoas a partir de 2001, tendo atingido, em 2009, o máximo histórico de 451.742 estrangeiros, começando a decrescer a partir desse ano (SEF, 2012). Em princípio, este decréscimo reflete as dificuldades financeiras e económicas enfrentadas por Portugal naquela altura, as quais tiveram impacto, nomeadamente sobre o mercado de trabalho e a taxa de desemprego.

De acordo ao relatório de 2023 disponibilizado pela Agência para a Integração Migração e Asilo, na análise da evolução da população estrangeira em Portugal importa ter em consideração os contextos económicos e sociais portugueses e dos países de origem, a evolução legislativa, as relações históricas e culturais, os impactos da operacionalização de políticas de imigração e fenómenos com implicações à escala continental ou global, como conflitos armados, desastres ambientais ou pandemias. Em 2023 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente, de 33,6% face a 2022, perfazendo um total de 1 044 606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência. (AIMA 2023, pag, 2)

Quanto à evolução da composição das nacionalidades dos residentes, assistiu-se a uma diminuição do peso dos estrangeiros provenientes dos países mais desenvolvidos, nomeadamente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, e a uma diminuição relativa dos nacionais dos países africanos de língua portuguesa, enquanto ocorreu um aumento da comunidade brasileira e dos nacionais da Europa do Leste. Deste modo, enquanto em 2002 os cinco grupos nacionais numericamente mais importantes eram, por ordem decrescente, Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Reino Unido, em 2012 essa ordem passou a ser a seguinte: Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Roménia e Angola.

Embora exista um princípio geral de semelhança de privilégios e responsabilidades entre estrangeiros e portugueses, este princípio não é absoluto uma vez que a Constituição portuguesa exclui desta igualdade os direitos políticos, o exercício de funções públicas não técnicas e os direitos e obrigações que sejam reservados exclusivamente aos nacionais portugueses pela Constituição ou pela lei (cfr. artigo 15.º, n.os 1 e 2 da Constituição Portuguesa). Em qualquer caso, e em função do princípio geral de não-discriminação (cfr. artigo 13.º da Constituição Portuguesa), o crescimento das medidas de integração dos imigrantes não pode deixar de compreender o aperfeiçoamento da política pública de inclusão social.

Na caracterização da situação dos imigrantes (Costa, 2012), efetuada a partir de informação estatística e de opinião retirada de vários documentos oficiais nacionais e europeus, nas áreas do emprego, participação cívica e política, aceitação do pluralismo e da diferença e interação interétnica, é possível sintetizar as seguintes grandes tendências:

- Em relação ao mercado de trabalho, existe um padrão de divergência entre os estrangeiros e os nacionais quanto às habilitações escolares, aos níveis de qualificação e à situação perante a profissão; “apesar do discurso político ter estado muito centrado no combate à imigração irregular, a ação inspectiva sobre o mercado de trabalho desenvolvida pelo Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) apresenta números muito baixos” (Costa, 2012, p.170).
- Existe “a percepção pelos imigrantes de que são objeto de discriminação no local de trabalho” (Costa, 2012, p.185).

- Na opinião pública prevalece uma visão “utilitarista imigratória, reconhecendo-se a sua importância para a economia, ao passo que se defende que Portugal deve estar aberta, dependente da existência de ofertas de trabalho” e se estabelece uma associação entre os grupos étnicos, o desemprego e o trabalho não declarado (Costa, 2012, p.177); por outro lado, a opinião pública mostra algum receio “face ao impacto que a imigração pode ter sobre o seu modo de vida, pelo que embora seja favorável ao diálogo intercultural defende a necessidade de preservar os valores e os princípios que enformam o modo de vida e de estar dos portugueses” (Costa, 2012, p. 219).
- O número de estrangeiros inscritos no recenseamento eleitoral é reduzido e o seu peso relativo no corpo eleitoral “é muito baixo, o que poderá ser consequência do quadro legal restritivo, em resultado da adoção do princípio da reciprocidade, e do ambiente político geral caracterizado pela fraca participação política e cívica e pelo pouco interesse pela política” (Costa, 2012, pp. 192-200).
- Os portugueses aceitam uma composição parlamentar com maior diversidade étnica, “mas expressam um menor nível de aceitação face à hipótese de alguém proveniente de uma minoria étnica ocupar o cargo político mais importante do país” (Costa, 2012. pp. 200,201).
- Embora pareça existir um elevado nível de contactos com pessoas de diferentes grupos culturais, “eles ocorrem predominantemente em público e no local de trabalho o que não facilita a interação e o conhecimento mútuo” (Costa, 2012, p.227).

2.1.2 - Plano de Integração dos Imigrantes

Em 2024, o Conselho de Ministros aprovou em um Plano de Ação para as Migrações, que visam corrigir os graves problemas nas regras de entrada em Portugal, resolver a incapacidade operacional da AIMA e assegurar a operacionalidade dos sistemas de controlo das fronteiras. Além do processo de entrada, outro eixo fundamental do Plano de Ação passa por atuar na integração dos imigrantes, para que esta seja efetiva e funcione. O presente plano agora aprovado assenta no princípio de que Portugal precisa e quer acolher mais imigrantes por motivos demográficos, sociais e económicos. Uma imigração que deve ser regulada e fiscalizada, acompanhada de uma integração humanista.

O Plano divide-se em quatro grandes eixos de atuação: imigração regulada; atração de talento estrangeiro; integração humana que funciona; reorganização institucional. No capítulo da imigração regulada, destaque para a revisão das regras de entrada, nomeadamente a extinção do procedimento de Manifestações de Interesse. Mas, também para a Resolução de Pendências e Situações Irregulares, o que passará pela criação de uma estrutura de missão com foco para a

resolução dos vários processos pendentes. Quanto a cumprir com Humanismo os Compromissos de Portugal fica previsto o reforço do enquadramento operacional do Acordo de Mobilidade CPLP. Já a fiscalização em território nacional passará pela criação de uma equipa multi-forças de fiscalização para combater abusos (tráfico de seres humanos, imigração ilegal, exploração laboral e violação de Direitos Humanos).

No que se refere ao acolhimento, a proposta aprovada em Conselho de Ministros prevê a criação de Centros de acolhimento Municipal/Intermunicipal de Emergência para imigrantes. E contempla também um reforço da oferta, cobertura e frequência do ensino do Português Língua não Materna (PLNM). um total de 41 medidas aprovadas.

Importa referenciar que, até 2013 vigorou o primeiro Plano de Integração dos Imigrantes (PII1), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio, que incluía 122 medidas. O segundo plano (PII2), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 74/2010 de 17 de Setembro com 90 medidas. Ambos documentos revelam esforços significativos no desenvolvimento de um plano de acção para a integração dos imigrantes, embora também afirmem limitações, algumas das quais são técnicas, nomeadamente a definição de indicadores e metas, e outras com um pendor mais político, como Coordenação política na definição e elaboração de medidas dos vários gabinetes e a ausência de um ofício que forneça o ajustamento importante e decretar os padrões que deverão orientar a divulgação das medidas de acção. A missão do ACIDI era «colaborar na conceção, execução e Avaliar as políticas públicas, horizontais e sectoriais relacionadas com a integração dos imigrantes e das minorias nacionais, bem como promover o diálogo entre diferentes culturas, povos e religiões» (DL 167/2007 Artigo 3º n.º 1). as responsabilidades são a «participação na conceção, desenvolvimento e coordenação de políticas públicas transversais, integradas e coerentes» (artigo 3.º, n.º 2, al. a) do DL 167/2007).

A primeira atribuição do ACM surgiu sob forma de «promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino migratório de diferentes nacionalidades » (artigo 3.º, n.º 2, al. a) do DL 31/2014), participando igualmente na «colaboração de articulação com outras entidades públicas competentes na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória» (artigo 3.º, n.º 2, al. c) do DL 31/2014).

Nas suas inúmeras manifestações institucionais, o Alto Comissariado nunca teve uma competência de coordenação e de integração das medidas políticas em conteúdo de imigração, dando apenas o poder de «colaborar» ou até mesmo de «participar» na definição e na execução das medidas aprovadas pelos vários ministérios. Isto não significa, naturalmente, que o Alto Comissariado não terá tido a possibilidade de influenciar as medidas adotadas e o tempo da sua

aprovação, mas apenas que, por não ter competências para isso, nem peso político, não teve força para determinar o tipo de medidas que seriam aprovadas, cabendo a respetiva escolha aos ministérios sectoriais, que as adotaram a partir das respetivas prioridades políticas. Em simultâneo com a fragilidade da coordenação política, é difícil identificar um documento oficial que indique as orientações gerais da política de imigração portuguesa que permita entender quais são os objetivos e os passos seguintes para os atingir.

Por sua vez, os planos para a integração dos imigrantes, embora sejam mais cansativos na argumentação de medidas de ação, não permitem conhecer claramente as orientações políticas gerais que enquadram os planos e determinam a escolha daquelas medidas em concreto (e não outras). Essa insuficiência também não é suprida pelos preâmbulos dos diplomas legais que aprovam os PII, pois embora estes nos forneçam algumas indicações sobre os objetivos que se pretendem alcançar, a sua extensão é diminuta.

Especificamente, com referência ao preâmbulo da resolução e ao texto do quadro PII1, em resumo, um “nível mais elevado de integração” é alcançado através do fortalecimento da coesão social e de uma melhor integração e gestão da diversidade cultural para este fim, o país é; chamado de “imigração” principal aliado do Fusion”.

O PII inclui medidas que abrangem áreas tão diversas como o emprego, a habitação, a saúde, a educação, a segurança social ou a justiça, revelando assim a natureza horizontal das políticas de integração. Numa análise geral destes dois PII, a maior parte das medidas que os constituem podem estar divididas em duas áreas principais: a) Informação, sensibilização e formação para imigrantes

Especificamente, e com referência ao preâmbulo da resolução e ao texto-quadro PII1, em resumo, a recomendação recomenda alcançar um "nível mais elevado de integração" através de uma maior coesão social e de uma melhor integração e gestão de diferentes culturas, para o que os Estados irão. “um grande aliado na integração dos imigrantes”.

Quanto às medidas escolhidas, visam garantir:

- acolhimento e integração plena das comunidades imigrantes;
- Promover a integração com maior sentido de cidadania e afirmar a indivisibilidade dos direitos e deveres de cidadania;
- Promover a igualdade de oportunidades;
- Confirmar princípios interculturais;
- Participação e responsabilidade partilhada dos migrantes e da sociedade civil nas políticas migratórias.

O PII2 pretende continuar a perseguir uma “nova geração de política social”, e embora tenha afirmado que pretende fazê-lo através da “inovação”, não especificou como será implementada

ao mesmo tempo, elogiou todos os públicos e; os parceiros privados desempenham um papel na identificação das necessidades e na determinação das medidas a tomar.

Como objetivos, o PII2 visa:

- Promover a plena integração dos imigrantes;
- Assegurar o pleno respeito pelos direitos dos migrantes; – Favorecer a conexão social e a igualdade de oportunidades;
- Incentivar o diálogo intercultural.

Desta forma, pode-se confirmar que em ambos os documentos é utilizado um certo tom de propaganda (por exemplo: “maior nível de integração”, “integração abrangente”, “nova geração de política social”), que é a seleção destes específicos medidas foi injustificada sem a pré-identificação da situação migratória em que se pretendia intervir, nem demonstrou a necessidade de alterações a medidas anteriores.

Além disso, alguns conceitos aparentemente estruturados como “igualdade de oportunidades”, “coesão social” ou “interculturalidade” são utilizados ao longo do documento sem explicar a compreensão dos mesmos ou o seu conteúdo, implicando uma espécie de difusão. As ideias sobre o seu significado e conteúdo dominam.

Por outro lado, quando falamos de um conceito cuja definição ainda não foi acordada e onde existe um grande número de significados possíveis, parece faltar um quadro de referência claro para facilitar os procedimentos de definição e implementação de Ação. Esta ambiguidade pode facilitar a defesa das propostas, mas também as torna mais vulneráveis a críticas, nomeadamente em termos de articulação e coerência entre as medidas propostas e os conceitos utilizados.

As medidas incluídas afetam vários setores, como o emprego, a habitação, a saúde, a educação, a segurança social ou a justiça, revelando assim a natureza horizontal das políticas de integração. As medidas PIII visam sensibilizar os beneficiários da realocação habitacional para o cumprimento das suas obrigações contratuais (Medida 21), incentivar a utilização do Sistema Nacional de Saúde (SNS) (Medida 22), promover o envolvimento da família nas escolas (Medida 34), e proporcionar Programas de aprendizagem da língua portuguesa (Medidas 51, 52 e 54), divulgação de formas alternativas de resolução de conflitos (Medida 62), acesso à escolaridade e formação para presos estrangeiros (Medida 68), facilitação do acesso às novas tecnologias de comunicação (Medidas 71 e 72), promoção de oportunidades de atividade física e promoção de histórias de marcantes (medidas 73 e 76), difusão do acesso à informação e orientação sobre formação e emprego (medida 81), promoção da informação e sensibilização sobre os direitos e obrigações dos imigrantes (medida 115) ou promover a empregabilidade e o empreendedorismo (medida 116).

Quanto ao PII2, mantém muitas das medidas anteriormente referidas e acrescenta outras, como a inclusão dos imigrantes beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na formação básica de alfabetização (Medida 11), a oferta de um conjunto alargado de programas educativos

diversificados e serviços de formação (Medida 11) Medida 26), divulgação de estilos de vida saudáveis aos jovens imigrantes (Medida 38), divulgação dos apoios sociais disponíveis aos imigrantes mais velhos (Medida 69), divulgação dos direitos decorrentes das contribuições para a segurança social (Medida 70), desenvolvimento de acções para prevenir violência (medida 69) 86) ou realizar operações de sensibilização e formação sobre o tráfico de seres humanos (medida 87). b) Capacitar as administrações públicas com maior contacto com grupos minoritários para lidar com as suas circunstâncias especiais. Tais medidas incluem as estipuladas no PIII para fundir o Centro Nacional de Apoio à Imigração (CNAI) e os Centros de Apoio à Integração Local. Imigração (CLAII) (Medidas 1 a 3, 38 e 63), Melhoria dos serviços do SEF (Medida 4), Formação contínua do pessoal dos centros de emprego (Medida 5), Criação de gabinetes de apoio à habitação (Medida 16), Indicadores de implementação de referenciais internacionais de atendimento nos hospitais (medida 25), a formação dos profissionais do SNS (medidas 26 e 93), a integração de mediadores sócio-culturais nas instituições públicas (medidas 28 e 35).

Por sua vez, o PII2 manteve muitas das medidas do PIII1, tendo previsto ainda a participação do SEF em iniciativas nas escolas para facilitar a regularização dos menores (medida 32), a institucionalização de procedimentos de agilização do atendimento a doentes evacuados dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) (Medida 39), Promoção de planos específicos no domínio da saúde mental (Medida 40), Parcerias entre sectores oficiais dos PALOP (Medida 39), promover planos específicos no domínio da saúde mental (Medida 40), estabelecer uma parceria entre o Ministério do Interior e o Ministério da Justiça para promover a regularização de pessoas sujeitas a medidas de reinserção social (Medida 46), melhorar tratamento dos procedimentos de nacionalidade (medida 46) medida 49), reforçar a capacidade de intervenção da Comissão para a Igualdade e Combate à Discriminação Racial (medida 54), formar mediadores interculturais em situações de género (medida 84) ou estabelecer redes de apoio e protecção às vítimas de violência de tráfico (medida 88). Em 2020, uma comissão do Parlamento Europeu propôs um novo acordo sobre migração e asilo. O sistema de asilo visa apoiar os países da linha da frente, introduzindo um sistema de contribuições flexíveis de outros países da UE, desde a recolocação dos requerentes de asilo do país de primeira entrada até ao regresso de pessoas consideradas sem direito de permanência, baseiando-se na cooperação voluntária e em formas flexíveis de apoio, que podem tornar-se requisitos em momentos de maior pressão migratória no sentido de melhorar e assegurar uma boa e justa gestão da migração, tornando a Europa num lugar de protecção, os Estados-Membros da UE têm assim intensificado esforços para criar uma política europeia de migração que seja eficaz, humanitária e segura. O Parlamento acordou igualmente a respeito da posição negocial no que refere à revisão do Regulamento relativo à gestão do asilo e da migração em abril de 2023.

A União Europeia também tem tomado medidas para ajudar os migrantes a integrarem-se na sociedade do seu novo país. O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, estabelecido para o período de 2021 a 2027, que proporcionará o financiamento direto às autoridades locais e regionais para políticas e programas de integração centrados no aconselhamento, educação, línguas e outras formações, tais como cursos de orientação cívica e orientação profissional.

As políticas de integração em Portugal têm passado por diversas alterações ao longo dos anos, com o objetivo de atrair imigrantes qualificados e promover a integração dos mesmos na sociedade portuguesa. Portugal possui um regime geral de imigração que estabelece as condições para a entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros no país. Essas condições podem variar dependendo da nacionalidade, do objetivo da imigração (trabalho, estudo, reunião familiar) e da duração da estadia.

Os programas de integração de imigrantes são desenvolvidos para buscar alcançar vários objetivos. Por um lado, constrói uma maior mobilização a nível nacional para o acolhimento e integração dos imigrantes e, por outro, dá uma perspetiva global sobre as medidas desenvolvidas pelos países nestas temáticas (Casas, 2016, p. 37). Estes planos resultam de uma conjugação de fatores nacionais e internacionais que determinam a publicação de dois importantes instrumentos políticos consubstanciados na publicação da Resolução do Conselho de Ministros (Casas, 2016, p. 35).

De acordo com a *tabela das ideologias de Integração de Migrantes* (MIPEx, na sigla em inglês), com dados referentes a 2019, Portugal tem melhorado as políticas de integração de migrantes nos últimos anos, sobretudo na saúde e educação, o que lhe valeu 81 pontos numa escala de 100. O documento acrescenta que é o facto de o país ter políticas de integração abrangentes que lhe dá uma classificação elevada no MIPEx, a “integração funciona como um processo de dois sentidos, uma vez que os cidadãos e os imigrantes geralmente usufruem de direitos, oportunidades e níveis de segurança iguais”.

Embora, tem buscado promover a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa com programas de apoio à integração, formação profissional e ações de sensibilização cultural. Igualmente, existem leis antidiscriminação que visam proteger os direitos dos imigrantes e combater a xenofobia e o racismo.

Em matéria a luta conta à discriminação, o MIPEx (2019) destaca que Portugal conseguiu o máximo de 100 pontos, e é destacado pelas “políticas fortes” e pelos mecanismos de execução que “estão lentamente a aumentar os níveis de consciencialização pública e as denúncias”, apesar de serem “leis recentes e com poucos recursos, comparativamente com os habituais países de destino”.

No que concerne a cidadania, Portugal não só obteve 86 pontos como subiu 13 em relação ao índice de 2014, destacando-se pelo seu “modelo de cidadania, líder mundial”, que foi reforçado tanto para imigrantes como para descendentes de portugueses na verificação de que, a residência é a única área em que pioraram as políticas de integração.

O processo de integração migratória abrange dois modelos de atuação distintos, nomeadamente o modelo da acomodação e o modelo da assimilação. O modelo da acomodação é para muitos teóricos o caminho a seguir, visto tratar-se de um processo que procura coa-habitar numa única sociedade as duas. Já o padrão de inserção centrado nas convicções do aproveitamento representa um certo risco comunitário tendo em conta a privação de liberdades culturais a que um imigrante está sujeito.

2.1.3 - Portugal tem sido capaz de integrar os imigrantes na sociedade?

A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento tem sido para muitos um processo complicado e de múltiplas facetas, obstáculos e desafios. Demetrios Papademetrios (2003) define a integração como um processo de integração ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes. Durante a maior parte do século passado, a imigração internacional foi uma questão importante apenas para um punhado de países. Atualmente, o fenómeno afeta a vida de muitas pessoas e tem uma importância maior nas políticas económicas, sociais e internas e nas relações internacionais de mais nações do que em qualquer outro momento.

Ao abraçar novos desafios num país diferente da terra de origem nem sempre acontece tal como o esperado ou planificado, muitas vezes, as pessoas deparam-se com situações que envolvem questões pessoais como profissionais e até mesmo extrato que vão surgindo no dia-a-dia relacionados ao processo de integração da sociedade acolhedora. Segundo Maria Lucinda Fonseca:

As formas de inserção dos imigrantes nos grupos recetoras são métodos de processamentos, em permanente mudança, resultantes de influência bastante diversas ao nível da macroestrutura económica, social, política e institucional, dos países de destino no momento da migração e das especialidades dos contextos locais dos territórios onde se fixam. Daqui resulta que as formas de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento são bastantes mais complexas e matizadas do que a simples oposição entre regimes nacionais assimilacionistas e muticulturalistas poderia fazer crer” (Fonseca, 2003).

No que concerne à estrutura de oportunidades políticas na sociedade de acolhimento, Soysal considera que os discursos e as estratégias e organizações das associações, são influenciadas pelo modo de como os imigrantes são aceites, quer pelo país recetor, ou pelo poder político. Alguns países, segundo a autora, disponibilizam à população imigrante canais formais para a sua

participação encorajando ainda, na criação das suas organizações, consoante as políticas do estado de acolhimento, assim, essas organizações definem os seus fins, estratégias, funções e níveis de operação. (Soysal, 1994 citada em Pereira, 2007 p 67).

Exclusão social

Falar sobre a integração e a exclusão social dos imigrantes é descrever um conjunto de processos complexos e interligados. A exclusão social pode perpetuar desigualdades e tensões. Por outro lado, este processo ocorre quando os imigrantes são marginalizados ou impedidos de participar plenamente da sociedade, isso pode acontecer por diversas razões. Muitas vezes imigrantes enfrentam discriminação e preconceito com base na sua origem, etnia, religião ou status de imigração o que dificulta o acesso ao emprego, habitação e serviços públicos. Atitudes xenófobas podem desencadear o isolamento social. Entretanto, para que não haja exclusão é importante que tenha participação dos indivíduos em um conjunto mínimo de benefícios que definiriam os mesmos como membros de direito da sociedade de acolhimento (CIES/CESO I&D, 1998, Capucha 1998 citados em Rodrigues 1999, p.64) este fenómeno tem múltiplas dimensões. Coexistem, com a exclusão fenómenos sociais como, a falta de emprego, a criminalidade, a discriminação ou a pobreza (Ramos, 2009, p.24).

A pobreza e a exclusão aparecem em determinados momentos associados à emergência de classes perigosas que põem em risco a estabilidade de uma sociedade e que o poder político, para ter um melhor controlo, tem tendência a distribuir (Jordi Estivil, 2003 citado em Ramos, 2009, p. 25).

Relativamente a exclusão económica este fenómeno pode manifestar-se na falta de reconhecimento das qualificações e muitas imigrantes acabam em setores de trabalho informal com pouca segurança e proteção social, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão. A falta de proficiência do país de acolhimento poder ser uma barreira significativa à integração, o que dificulta o acesso ao emprego, educação e serviços. Um elemento a adicionar tem que ver com as diferenças culturais também podem levar ao isolamento, especialmente se não houver esforço de quem chega, bem como dos que recebem para promover o intercâmbio cultural e o entendimento mútuo.

A segregação espacial, onde imigrantes vivem em áreas específicas muitas vezes com infraestrutura e serviços de baixa qualidade que pode levar a exclusão social. Habitação precária, caracterizada por superlotação e condições insalubres, que pode ser uma das consequências comuns da exclusão social. Castells é um dos autores que defende que o fato de os imigrantes não terem acesso à globalidade dos direitos pertencentes aos cidadãos, os coloca numa condição de subclasse assinalada pela exclusão, sendo que esta situação põe em causa os valores básicos das sociedades democráticas (Castells, 2000 citado em Albuquerque, 2008, p.71).

As exclusões encontram-se normalmente associadas às populações que não conseguem exercer uma grande influência junto do poder estatal, quer seja judicial, executivo ou legislativo (Barreiros, 2010, p.16). Como se pode concluir a exclusão social está maioritariamente conectada a fatores materiais, sendo de realçar a má distribuição de diversos recursos, a escassez de recursos económicos, ou ainda, a falta de acesso a determinadas situações na área, a designar, na saúde ou emprego.

O número de imigrantes que elegem Portugal como novo ponto de destino para estabelecer um nível de vida condigno manteve-se estável desde a primeira década do século XXI, que oscilou entre os 400 e 450 mil residentes, mas entre 2010 e 2015 registou-se uma ligeira redução que viria a inverter-se a partir de 2016 até 2023 verificou-se um acedidréscimo da população imigrante residente, de 33,6% face a 2022, perfazendo um total de 1.044,606 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência.

No mesmo sentido, a concessão de títulos de residência apresenta um aumento substancial face aos anos anteriores, perfazendo 328.978, com destaque para autorização de residência aos cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Quando o tema se refere à integração de quem chega a Portugal a procura de melhores condições de vida em questões pessoais ou profissionais, a realidade mostra que há ainda um longo caminho a percorrer para que o país melhore nestes indicadores, apesar de todos mecanismos efeitos pelo governo português para apresentar condições dignas para as pessoas, Portugal é ainda o quarto país com maior precariedade laboral entre os estrangeiros, a posterior está à Croácia, bem como os países baixos.

O aumento da população estrangeira a residir nas diferentes províncias ou cidades de Portugal reflete-se também nos diferentes níveis de ensino. Ainda assim, existem outros dados importantes que espelham o retrato da imigração em Portugal, a Educação por exemplo é um desses campos a ser mencionado. Os números segundo a Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), apontam que um terço dos alunos de doutoramento no país são oriundos de diferentes países. No que concerne ao sistema de ensino de base e secundário os alunos de nacionalidade estrangeira inscritos nas escolas no ano letivo de 2016/17 era nos últimos cinco anos 49.699 tendo duplicado para 105.855 no ano letivo de 2021/22. Já no 1º ciclo, uma em cada dez crianças é estrangeira.

Em relação ao ensino superior, o aumento foi um pouco menos expressivo (de 42.564 alunos de nacionalidade estrangeira em 2016/17 para 78.113 em 2022/23) mas, em contrapartida, a proporção de alunos estrangeiros é superior a 10% em todos os ciclos de estudo, atingindo os 34% nos inscritos em doutoramento.

No que diz respeito às condições de vida, a população estrangeira tem maiores dificuldades económicas e situações de emprego mais precárias. Aliás, os dados disponibilizados pela Pordata a propósito do Dia Internacional dos Migrantes, dizem mesmo que 31% dos imigrantes

residentes estão em situação de pobreza ou exclusão social acima dos 19,8% da população portuguesa, segundo números do Eurostat. De acordo com o Relatório da AIMA verificou-se, assim, pelo sétimo ano consecutivo, um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento de 33,6% face a 2022, totalizando 1.044.606 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência.

No gráfico seguinte, é apresentada a evolução do número de estrangeiros residentes em Portugal, de 2018 a 2023.



Fonte: Agência de Integração Migração e Asilo

De acordo com o relatório divulgado em 2023 pela Agência para a Integração Migração e Asilo, a origem dos imigrantes tem-se alterado ao longo das últimas três décadas, conforme os movimentos migratórios, mas é a comunidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente com uma representação de 35,3% do total com 368.449 residentes. Seguindo-se 55.589 angolanos (5,3%), 48.885 Cabo - verdianos (4,7%), 47.709 britânicos (4,5%), 44.051 indianos (4,2%), 36.227 italianos (3,5%), 32.535 guineenses (3,1), 29.972 nepaleses (2,9%), 27.873 chineses (2,7%) 27.549 franceses (2,6% e 26.460 são-tomenses (2,5%).

No gráfico abaixo, são apresentadas as percentagens das nacionalidades mais representativas dos estrangeiros residentes em Portugal, em 2023



Fonte: Agência de Integração Migração e Asilo

A distribuição geográfica dos cidadãos estrangeiros residentes por Continente continua com um acréscimo generalizado, que se manifesta acentuadamente na América do Sul e África. Dados referenciados no relatório divulgado pela AIMA EM 2023, garantem que A população potencialmente ativa representa 80,5% dos cidadãos estrangeiros residentes, com destaque para o grupo etário 25 - 44 anos (532 214). • A população jovem entre os 0 – 19 anos representa 11,6%, enquanto que, a população com mais de 65 anos situa-se nos 7,9%. Frisando que a distribuição geográfica da população estrangeira incide principalmente no litoral com destaque para os distritos de Lisboa, Faro e Setúbal com uma representação populacional de 663 699 (63,5%). Concernente a distribuição por concelho, salienta-se o facto de nove dos doze concelhos com maior número de cidadãos estrangeiros pertencem à área metropolitana de Lisboa, perfazendo com um total de 436 277 (41,8%).

Em 2023, duplicou consideravelmente o número de títulos de residência atribuídos (328.978), correspondente a um aumento de 130 por cento em relação a 2022, ano que já tinha sido verificado uma subida de 28,5% em relação a 2021.

O relatório destaca ainda que, o fluxo migratório apresenta um amunto substancial face aos anos anteriores, com destaque para a autorização de residência para Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) correspondendo a 45,3% do total.

Este serviço é prestado em parceria com entidades da sociedade civil, através da colocação de mediadores socioculturais capacitados em diversos idiomas.

Quando bem-sucedida, a integração dos imigrantes é benéfica tanto para os indivíduos como para a sociedade como um todo. Quando os imigrantes são integrados de maneira eficaz, eles têm a oportunidade de contribuir com as suas competências, conhecimentos e experiências para o desenvolvimento económico, social e cultural do país de destino.

2.1.4 - Impacto das migrações na demografia e economia portuguesa.

Existe um conjunto de fatores ou elementos que condicionam a evolução numérica das populações, sua disseminação e base etária, destacando-se neste conceito, os nascimentos, casamentos, óbitos e as migrações. Por norma, os nascimentos acrescentam a população e tendem a rejuvenescê-la, o que pode conceptualizar consoante os fins, já a natalidade por 1.000 habitantes ou melhor a fecundidade que pressupõe ao número de filhos que uma mulher pode gerar ao longo da sua fase reprodutora, no que toca aos óbitos, este é um fenómeno que subtraem à população e podem envelhecê-la tendo em conta as idades em que a mortalidade tenha maior incidência. E por fim, as migrações muitas vezes têm como propósito acrescentar ou subtrair, bem como rejuvenescer ou envelhecer a população em função dos grupos de idades que afetarem mais e o sentido do seu efeito. Neste âmbito, as migrações tornam-se determinantes fenómenos demográficos com crescimento ou decréscimo da população, definindo a sua estrutura e distribuição.

Para Gorman (2000, p.7) envelhecer é um panorama biológico que tem o seu processamento próprio em grande parte fora do controle humano. Entretanto, também está sujeito às construções pelas quais em cada sociedade faz todo sentido a velhice. No mundo em constante desenvolvimento, o processo cronológico exerce um papel crucial em que a idade dos 60 anos ou cima, está legislada a ser à fase da reforma e dar início a velhice. Porém, em muitas religiões do mundo em desenvolvimento, o tempo cronológico tem poucas ou nenhuma importância no sentido da velhice. O envelhecimento de qualquer população é um fenómeno que acontece mundialmente, entretanto, os resultados da combinação do processo de fecundação, bem como do aumento da esperança média de vida das pessoas que se observa, é possível notar os diferentes compassos na generalidade da esfera. Ainda que a transversalidade do fenómeno há muitas outras realidades demográficas variadas até mesmo no continente europeu.

Importa frisar que, segundo dados estimados anualmente da população residente em território português calculadas entre 2021 e 2022 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE 2022) as mulheres estrangeiras são mais jovens do que as mulheres nacionais. Um detalhe que sustenta a base tem haver com o fato de mais da metade das mulheres estrangeiras serem jovens, férteis e ativas entre os 20 aos 49 anos de idade.

Os números atestam que Portugal é um país em processo acelerado de envelhecimento, por exemplo só em 1974, existiam cerca de 34,9% de idosos por cada 100 jovens, valor que evoluiu significativamente para 80,5% em 1994. Se olharmos para 2022, segundo aponta o relatório anual do Observatório das Migrações publicado em dezembro do ano passado, o índice de envelhecimento era de 183,5% ou seja, diferente os 27 estados - membros da União Europeia a população portuguesa envelhece num ritmo mais rápido.

Quando o assunto em questão é a demografia, os fluxos migratórios ganham relevância por serem apontados com frequência, como potencial resposta ao desafio do envelhecimento da população portuguesa. De acordo com dados compilados a propósito do Dia Internacional dos Migrantes, dos 118 mil imigrantes que entraram no país em 2022, cerca de 62% era do género masculino e metade com idades entre os 15 aos 44 anos, enquanto 24% tinha mais de 55 anos de idade.

Mas há outros temas a considerar, designadamente o nível económico, elementos recentes dos serviços de Segurança Social (SS) mostram que em 2022 as contribuições dos imigrantes para esta entidade bateram o recorde e atingiram pela primeira vez o valor mais elevado de sempre. Os imigrantes foram os principais responsáveis por um saldo positivo de 1.604,2 milhões de euros, representando quase o dobro de há quatro anos.

Os imigrantes pesam 7,5% no total da população e têm, segundo dados do relatório anual do Observatório das Migrações, uma taxa de atividade mais alta do que os portugueses, desempenhando sobretudo trabalhos mal pagos, mais arriscados e onde trabalham mais horas semanalmente do que os portugueses. Embora tenham uma taxa de desemprego de mais do dobro da dos portugueses, têm vindo a aumentar o seu contributo para a Segurança Social. Em 2022, contribuíram com 1.861 milhões de euros à Segurança Social e só beneficiaram de cerca de 257 mil euros. Já em 2021, as contribuições foram de 1.293,2 milhões de euros. As oportunidades para a introdução no ramo profissional de trabalho e no mundo dos negócios existentes nas respetivas áreas urbanas têm sido desde longa data, um grande atrativo a respeito das populações imigrantes determinando em grande medida a sua localização geográfica. Como refere Teresa Sá Marques (2004 p.116) , nas grandes cidades por exemplo, a tendência tem crescido muito mais, com ênfase para a heterogeneidade demográfica e social induzida pelo êxodo rural e pelas imigrações de grande escala, ou seja, as aglomerações têm sido os principais focos para muitos movimentos e, pela oferta de oportunidades de vida que apresentam.

2.1.1 - Comunicação, Redes e Tecnologias. A influência da Internet na integração dos imigrantes

A comunicação é o processo fundamental de interação entre os indivíduos, possibilitando a troca de informações, ideias e sentimentos. A interação pode ocorrer de diferentes maneiras, como verbal, não verbal, escrita, etc. A importância da comunicação na sociedade atual é inegável porque através dela as pessoas conseguem se conectar, informar e se expressar. Numa sociedade em constante evolução e caracterizada pela diversidade de origens e culturas, a integração dos cidadãos imigrantes tornou-se um desafio crescente para as sociedades de acolhimento. O desenvolvimento das comunicações foi crucial para mudar o processo de imigração, permitindo aos imigrantes aceder a tudo o que os rodeia de forma mais fácil e rápida.

O campo da comunicação é composto por teorias da comunicação que caminham inclusive para uma certa autonomia, em adequação e em diálogo com conhecimentos de outros campos do conhecimento como filosofia, sociologia, antropologia e psicologia. Nas palavras do comunicador José Marques de Melo, “a comunicação é um campo verdadeiramente interdisciplinar” (Melo, 2008, p. 13).

No que diz respeito à relação entre comunicação e Internet, Castells (2002) acredita no seu livro “Sociedade em Rede” que a Internet não é apenas uma ferramenta, mas um meio de mudar a comunicação e a sociedade. Ele acreditava que a comunicação de massa estava dando lugar à auto-comunicação de massa, onde os indivíduos poderiam criar e divulgar suas próprias mensagens.

Atualmente, os computadores e a Internet estão a tornar-se cada vez mais importantes para a maioria dos cidadãos. No entanto, o conhecimento e os benefícios derivados da utilização destes meios, particularmente para a socialização e integração das comunidades imigrantes, permanecem pouco compreendidos. Estes estudos centram-se na utilização e consumo de tecnologia pelas comunidades imigrantes e no papel que desempenham na manutenção dos laços com os seus países de origem e na procura de novas oportunidades.

Hoje, a adoção de conteúdos, a construção da aprendizagem e sua integração na sociedade significam a forte presença dos mundos virtuais, desde conseguir dinheiro, pagar contas, pagar impostos, passando pela aquisição de conhecimento, nada se faz sem antes passar pela internet. Segundo Toffler Toffler (2003), esta é uma nova civilização que está em constante emergência e tem impacto nos sistemas económicos, sociais, políticos e culturais. Para os sociólogos, uma mudança na maré económica e tecnológica começou desde o final da Segunda Guerra Mundial, com uma economia baseada na capacidade intelectual, na informação e no conhecimento.

A comunicação, as redes sociais e as tecnologias digitais desempenham um papel fundamental na integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal. Esses instrumentos facilitam a adaptação cultural, social e económica, proporcionando acesso a informações, serviços e redes de apoio essenciais. Incluindo a preservação da ligação com a terra natal até a adaptação e participação na nova sociedade. Uma análise que abrange o retrato digital e da comunicação através de redes e tecnologias. No Facebook, no WhatsApp e noutras redes sociais com grupos específicos para imigrantes de diferentes países da CPLP, locais onde é possível partilhar experiências, pedir conselhos e oferecer apoio mútuo, trocam-se informações sobre documentos, residência, trabalho, e outras questões práticas. Existem ainda plataformas como Zoom e Google Meet que permitem aos imigrantes participar de eventos comunitários, reuniões e webinars sobre temas importantes para a integração.

O interesse da relação entre as migrações e a comunicação digital também é descrito por Andrade (2021), relação que espelha o processo de globalização, nas suas múltiplas vertentes, atualmente interpretado pelas tecnologias de informação e comunicação, como forças motrizes

de desenvolvimento, apresenta uma realidade plural e ela própria em mutação, com fluxos migratórios que estão associados, alterando sociedades, quebrando fronteiras, mudando comportamentos e culturas em transformação intensa (Andrade, 2021 p 44).

Entretanto, por mais que as questões das inúmeras desigualdades, quer a nível da imigração como no processo de aceitação dos imigrantes, estejam refletidas nas redes sociais digitais, a Internet constitui um espaço democrático na medida em que o meio é aberto à pluralidade e ao amplo acesso, sendo caracterizado por sua comunicação horizontal (Castells, 1999, 2003). Os Media podem ser definidos como tecnologias mediadas por computador que permitem a formação e a expansão de matérias, discernimento, trocas de experiências e outras formas de expressão por meio das comunidades e redes virtuais (Quesenberry, 2019).

As redes sociais também podem ser consideradas espaços de relações interculturais que permitem ao utilizador interagir com várias culturas diferente da sua. Além do mais, as plataformas refletem a miscigenação cultural e a fragmentação da identidade do sujeito pós-moderno, no qual possibilita-o de transportar suas identidades para as redes, onde os perfis das redes sociais podem ser considerados “construções plurais de um sujeito, representado múltiplas facetas de sua identidade” (Recuero, 2014, p.30).

Por seu turno, as interações são sempre dialogadas e mútuas, sendo que a comunicação nas redes sociais pode acontecer de forma síncrona ou assíncrona. Outra característica significativa das redes sociais é a sua grandeza de difundir conteúdos através das conexões existentes entre os atores. O surgimento da Internet veio proporcionar as pessoas de forma difundida informações rápida e mais interativa. Tal mudança gerou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando em grupos sociais (Recuero, 2024, p.116).

Os novos meios tecnológicos vieram revolucionar o processo de comunicação, proporcionando ao ser humano uma capacidade quase infinita de comunicar com pessoas próximas. A Internet tornou-se um dos mais importantes e maiores meios de comunicação atualmente, encurtando distâncias geográficas, culturais e originando uma “sociedade sem espaço e sem lugar definidos” (Oliveira et al., 2004, p.75). Este meio de comunicação é o maior conglomerado de redes de comunicação mundial, possibilitando o acesso a informações e transação de dados. O seu rápido crescimento originou o “médium que até hoje teve um crescimento mais rápido” (Oliveira et al., 2004, p.83)

As suas características inovadoras e a sua rápida difusão levaram a que Howard Rheingold (2004) comparasse a redes sociais a um bando de baterias. Estas características foram motores das grandes alterações em como as pessoas se comunicam, fazendo do mundo um só local (Oliveira et al, 2004). Possibilitam uma maior e melhor interação sem fronteiras e restrições entre as pessoas culturalmente diferentes e que se encontrem em qualquer parte do globo. Manuel Castells (2004, p. 145) sublinha que para além de novas formas de comunicar, “as redes sociais e a Internet proporcionam também novas formas de interação social. Chegados a este ponto,

interessará perceber o que significa comunicar na Internet”. Gustavo Cardoso (2003, p.95) refere que interagir online é “fazer aquilo que aprendemos em sociedade, integrar diversas redes de relações pessoais, profissionais, de amizade. É criar novos limites que têm menos a ver com a distância física e mais com a partilha de interesses comuns”.

Esta definição vem confirmar que a Internet é nos dias de hoje um forte veículo de comunicação entre as pessoas e também intercultural. Para melhor compreensão a respeito do significado e a importância da comunicação intercultural no quotidiano, relembremos Erving Goffman. (1983, p 2) que entende que para haver interação social é essencial existir proximidade física e contacto face-a-face. Reafirma, ainda, que “podemos participar em situações sociais somente se trouxermos nossos corpos e seus apetrechos junto com a gente”. O autor compara as características da interação social a uma peça teatral em que cada elemento desempenha um papel idêntico a uma face (Goffman, 1967, p. 5). No processo de interação social todos os intervenientes carregam consigo comportamentos, atitudes e crenças que, ao serem partilhadas com os restantes elementos, se tornam suscetíveis de algumas adaptações para que a interação seja bem sucedida. Esta será para Goffman uma condição necessária e inevitável para que a comunicação se realize (1983, p.4).

As redes sociais e as novas tecnologias têm sido um bom exemplo de comunicação bem mais complexo e inovador, que exige dos seus intervenientes uma adaptação às suas novas características. A própria linguagem usada no ciberespaço é diferente, caracterizando-se pela sua forma concisa e pelo uso de abreviaturas e ícones pictóricos, os designados *smiles*. Uma outra característica que evidencia este meio de comunicação relativamente aos restantes é o facto de utilizar códigos, valores e outros elementos culturais para transmitir a mensagem que pretende.

O Internauta ao receber e explorar toda a informação disponível, está a estabelecer uma comunicação intercultural, porque a informação recebida está repleta de elementos culturais de quem a disponibilizou. Muitos sites da Internet podem funcionar também como um meio de comunicação étnico-cultural, quando disponibilizam informação sobre aspetos ligados às características de um povo. Estes meios adquirem uma enorme relevância para a comunidade imigrante, pois é desta forma que conseguem estreitar as conexões com o país de origem.

Ao permitir estabelecer um contacto mais próximo com as suas origens, permite também que esses traços culturais próprios sejam partilhados pela sociedade de acolhimento, influenciando-se reciprocamente.

2.2.2 - Estratégias digitais na inclusão social dos Imigrantes

Com foco para a utilização de tecnologias e plataformas digitais para facilitar o processo de integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, as estratégias digitais ajudam os

novos indivíduos a se adaptarem, conectarem-se com recursos e serviços, bem como participarem ativamente da vida social, cultural e económica em seus novos lares.

Para uma melhor inclusão no universo digital é importante que se crie portais informativos multilíngue, sendo que em Portugal existem imigrantes de diferentes partes do mundo, embora que para este trabalho, o contexto esteja centralizado na comunidade dos países de língua portuguesa. Os órgãos governamentais precisam desenvolver web sites e aplicativos que ofereçam informações essenciais sobre a vida, detalhes sobre direitos, legislação de imigração, cultura do país escolhido como novo destino, essas informações têm de ser disponibilizadas em múltiplos idiomas.

O aumento da interação social online deu-se ao avanço da web com a comunicação bidirecional e a partilha de conteúdos multimédia de áudio e vídeo, entre outras transformações na Internet.

A transformação da web de igual forma mencionado por Andrade (2021). O autor, defende a existência de novos suportes que podem preservar e distribuir informações, por meio da Internet, que são então, os chamados media sociais que apresentaram a possibilidade de uma interação direta de autores e leitores entre os criadores e consumidores. A nova era digital é a essência que distingue os media de outros tipos de comunicação.

A criação de comunidades virtuais e grupos em redes sociais que conectem imigrantes com interesses iguais ou de regiões geográficas similares, é importante, pois proporcionam um espaço onde possam compartilhar experiências, desafios e oportunidades.

Essas mudanças impactam a forma como os imigrantes, as comunidades e as organizações comunicam-se entre si e com o seu público, incluindo a possibilidade de comunicar-se com um público em massa sem intermediação dos media tradicionais (Quesemerry, 2019).

Vivemos numa sociedade que cada vez mais tem se tornado informacional, onde o uso das novas tecnologias tem uma grande importância no quotidiano das pessoas. Esta necessidade estende-se às comunidades imigrantes, pois para quem as plataformas digitais assumem um papel primordial para a integração no país de acolhimento. São vários os estudos que demonstram o papel de destaque que a Internet ou as plataformas digitais têm na vida dos imigrantes.

Entre os estudos que se tem dedicado à relação entre os media e as comunidades imigrantes, pode-se identificar duas linhas diferentes. Uma linha realça o papel dos media na manutenção dos laços entre estas comunidades e os países de origem (Elias & Lemish, 2006, 2008). Uma segunda salienta a importância das TIC, especialmente da internet, na afirmação e concretização de aspirações migratórias (Burrell & Anderson, 2008).

A primeira linha de pesquisa evidencia a grande variedade de recursos culturais e de ferramentas que este meio de comunicação fornece para a manutenção da herança cultural e o estreitamento com o país de origem. A segunda linha de pesquisa comprova que a importância das TIC vai muito para além do estabelecimento da sintonia com o país de origem, porque

quando os jovens utilizam a Internet, esta demonstra ser uma extensão de informação e, mais do que isso, de pessoas. A Internet era utilizada como um acelerador do processo de migração, ao pô-los, mais facilmente, em contacto com pessoas e informação em vários países, simultaneamente (Burrell & Anderson, 2008).

As investigações referentes à importância que a Internet tem para as comunidades imigrantes não se resumem a estas duas tendências de estudo. Isabel Féria da Cunha (2008) investigou os usos e consumos da Internet por imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), países de Leste e Brasil, na área da grande Lisboa. Investigou também a existência de padrões de usos e consumos da Internet nesses grupos de imigrantes, procurando relacioná-los com os padrões de consumo dos cidadãos portugueses.

O estudo concluiu que os usos e consumos das redes sociais por estes grupos de imigrantes eram fortemente moldados pelas suas trajetórias de vida, nacionalidade, competências linguísticas e pelas condições de vida, sociais e económicas. Nem todos os participantes têm a mesma facilidade em aceder a este dispositivo, embora todos afirmem que utilizam o computador e a Internet. De uma maneira geral, todos utilizam a Internet para o estabelecimento de contactos com o seu semelhante.

A Internet para os imigrantes da CPLP afigura-se como um veículo de extrema importância no contacto com a família e amigos, a vantagem de aliar voz e imagem e o baixo custo que o seu uso implica, ser um fator de enorme importância na escolha destas tecnologias de comunicação. O Messenger (MSN), o Skype e o E-mail eram, na década de 2010, as ferramentas mais usadas por esta comunidade de imigrantes para o estabelecimento de laços com familiares e amigos. E a distância geográfica que os separa da sua terra natal parece ser um forte potenciador do uso destas ferramentas (Cunha, 2008).

Esta comunidade também valoriza a Internet nos processos de sociabilidade e interação com as realidades da sociedade de acolhimento e com as redes locais de serviços, nomeadamente no que se refere aos direitos básicos de cidadania, mais precisamente ao trabalho, residência, saúde, educação e regularização jurídica. A sua utilidade manifesta-se também na intensificação e fortalecimento de iniciativas de mobilização. Através de listas de discussão, email, blogues e sites, a Internet favorece a rápida circulação de ideias e posicionamentos, favorecendo a promoção de ações, campanhas e mobilizações sociais (Cunha, 2008).

Parte III - Metodologia

3.3.1 - Metodologia da Investigação

Concluindo a revisão literária e o enquadramento teórico, pretende-se agora mostrar e fundamentar as opções metodológicas que foram escolhidas para este estudo. Assim sendo, vou expor os métodos e técnicas de investigação, o desenho metodológico, o universo, a seleção da amostra e os instrumentos de investigação.

No presente capítulo pretendo revelar a fundamentação metodológica da investigação realizada. Chegados a este ponto, interessará expor algumas considerações sobre as escolhas, as estratégias e as opções metodológicas. Para atingir esse objetivo passei a definir a natureza e a finalidade que levou à realização da presente investigação. De seguida, farei a apresentação e justificação das razões da metodologia utilizada e de todas as opções metodológicas. De acordo com a natureza do estudo e os objetivos a atingir, explicitarei de igual modo, o processo de recolha de dados e a sua justificação.

Neste estudo, pretende-se saber se as redes sociais são essenciais para o processo de integração dos imigrantes, no entanto é importante a utilização de métodos de pesquisa que permitam seleccionar e adquirir informações, para que o resultado seja o mais viável.

Segundo, Diehl (citado por Cristina, 2008) a escolha da metodologia utilizada depende muito problema em estudo.

Os objetivos a utilizar na metodologia deste estudo passariam por:

- ❖ Conhecer o impacto que as redes sociais têm para o processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa;
- ❖ Identificar as dificuldades que os imigrantes enfrentam no dia-a-dia na sociedade portuguesa;
- ❖ Analisar os aspectos a melhorar os programas de integração migratória criado pelo governo português;
- ❖ Entender quais são os resultados obtidos com as interações a partir das redes sociais entre os imigrantes que buscam por novas oportunidades de vida e os que já residem em território português

3.3.2 - Desenho da investigação

Primeiro, começaria por descrever que não foi uma tarefa fácil, mas depois de inúmeras pesquisas em torno de diferentes temáticas, optei por trazer um tema que espelhasse a integração dos imigrantes e o uso das redes sociais. Um dos motivos foi o facto de haver poucos estudos realizados sobre a integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal e

também porque a maioria dos estudos são centrados em comunidades ou população de um determinado país, então, optei por realizar um estudo em relação à comunidade CPLP.

O principal objetivo deste estudo foi o de analisar a integração dos imigrantes da língua portuguesa em Portugal na sua vertente digital. Foi realizado um inquérito por questionário, na plataforma do Google Forms, que foi partilhado nas redes sociais, do Instagram, Facebook e no WhatsApp. O universo deste inquérito remete-se a pessoas de comunidade dos países de língua portuguesa residentes ou que buscam em Portugal uma nova oportunidade de vida. Obtivemos 120 respostas válidas.

3.4 - Instrumentos de Investigação

3.4.2 - Inquérito por questionário aos imigrantes

O inquérito por questionário é uma técnica de investigação que é relacionado por um conjunto de perguntas, que podem ser de resposta aberta ou fechada, conforme o objetivo do estudo. Através do inquérito por questionário, as pessoas podem ter contacto com dados atuais, este método de pesquisa possibilita aprofundar o sucedido tal como ele se desenrola e, é socialmente construído e configurado num determinado momento (Dias, 1994).

O objetivo principal deste inquérito, que foi analisado com recurso ao SPSS, é que fosse respondido o mais rápido possível, mais claro possível e que as respostas fossem na sua maioria fechadas. Este inquérito foi realizado online, através de várias plataformas como o Facebook, Instagram e WhatsApp e foi também colocado em alguns grupos do Facebook, para que tivesse o maior número de pessoas de diferentes países a responder e para que a análise fosse a mais abrangente. Tal foi possível nos seguintes grupos online: *angolanos imigrantes em Portugal* e *Angolanos de Sucesso em Portugal*, com 62 mil membros; *Imigrantes Brasileiros em Portugal*, com 3,1 mil membros; *Apoio ao Imigrante Brasileiro em Portugal*, com 84 membros. Estes grupos, em geral, foram criados com o propósito de partilhar experiências, unir esforços e trabalho em conjunto para facilitar a integração dos imigrantes no país acolhedor. Para o envio destes dois últimos contei com a ajuda de um amigo de nacionalidade brasileira, de nome, Leandro.

Em relação à plataforma do WhatsApp, o link foi partilhado com 20 pessoas individuais em mensagem direta e também em grupos de imigrantes residentes em Portugal.

No que concerne ao Instagram, enviei para alguns amigos que trabalham com projetos e em órgãos de informação e comunicação.

Por último, mas não menos importante, duas sobrinhas de nome Isidora de Sousa e Patrícia Costa igualmente partilharam o link com conhecidos por intermédio do aplicativo TikTok. Aliás, não podia deixar de mencionar que apesar de toda ajuda recebida era primordial partilhar o link

do inquérito nas minhas redes sociais, onde obtive 300 visualizações com maior realce para os *stories* do Instagram e Facebook.

A estratégia utilizada para enviar às pessoas o link do formulário foi acompanhada com o seguinte texto:

“Olá tudo bem! Sou a Stela Nuno, aluna do mestrado de Comunicação Redes e Tecnologias, na Universidade Lusófona. Na minha dissertação escolhi estudar “A integração dos Imigrantes de Língua Portuguesa em Portugal. Um Retrato Digital”. O objetivo é perceber as dinâmicas digitais de integração dos imigrantes entre pessoas da pertencente CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim, procuro pessoas que tenham emigrado para Portugal, no passado ou recentemente, para entender melhor estas dinâmicas. O questionário é totalmente anónimo, possui 10 questões e demora cerca de dois minutos para preencher. Todas as respostas e opiniões são válidas. Obrigada pela sua disponibilidade em ajudar”

A realização deste inquérito passou por várias etapas e aprovações. O inquérito foi estruturado da seguinte forma:

1. Dados do perfil dos inquiridos – Perguntas 1 a 5
2. Dados relativos ao processo de legalização – Perguntas 6 a 6.5
3. Dados sobre o impacto dos aplicativos digitais - questões 6.6 a 8.
4. Escalas - Nas questões 9 a 9.5 foram utilizadas escalas de 1 a 5 em que o 1 correspondia ao “discordo completamente” e o 5 ao “concordo completamente”.
5. A pergunta 10 refere-se especificamente a sugestões deixadas pelos inquiridos sobre como e o que se pode fazer para melhorar alguns aspetos ligados a integração na sociedade portuguesa

<https://forms.gle/uHpW1j51K4x29AjJ7>

Parte IV - Apresentação, Análise e discussão dos dados

4. Apresentação, análise e discussão de dados

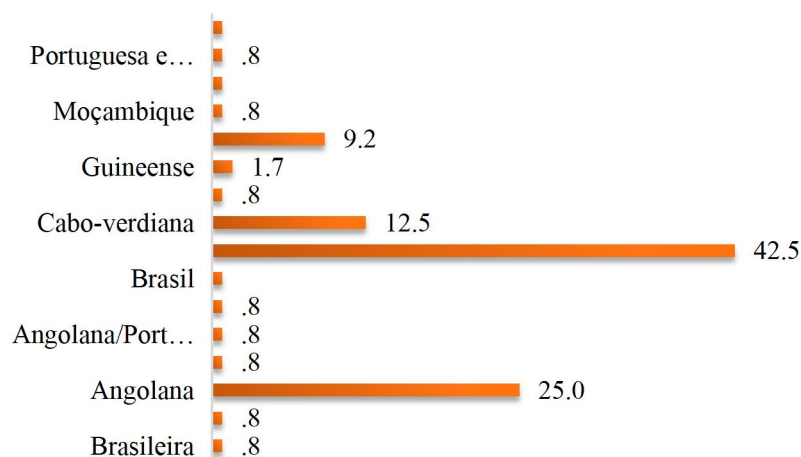
Primeiramente, é importante referir que o inquérito por questionário esteve colocado online entre o dia 15 de novembro de 2023 e o dia 01 de janeiro de 2024. Obtivemos durante esse período 120 respostas. Este inquérito foi realizado para que se conseguisse perceber diante dos imigrantes a relação que têm com as redes sociais para a integração dos mesmos, como usaram esses sistemas tecnológicos na integração social e se consideram essencial ou não a utilização destes meios de comunicação nesse processo.

4.1 - Análise do Inquérito

Depois de um mês e 15 dias em que o inquérito esteve online, foi importante validá-lo e, sobretudo, começar com a análise. Com este inquérito obtivemos 120 respostas válidas, ou seja, todas as respostas obtidas.

Numa primeira fase da análise, estudamos a amostra. Apresentamos primeiramente os gráficos sobre nacionalidades, idades, género, profissão e estado civil dos inquiridos. No gráfico 1 é possível perceber que se destacam os participantes de nacionalidade brasileira (42,5%), seguido dos indivíduos de nacionalidade angolana (25%), cabo-verdiana (12,5%) e moçambicana (9,2%).

Gráfico 1. Nacionalidades presentes na amostra



Fonte: Autoria Própria

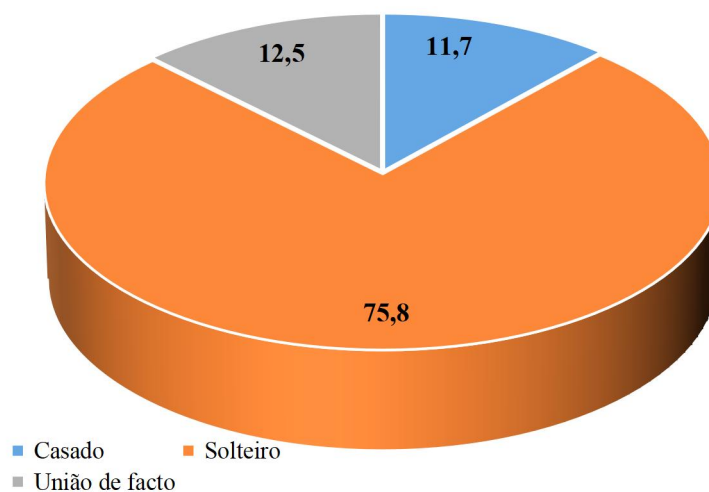
Em relação aos dados demográficos, estes foram analisados por *Idade*, *Género* e *Distrito*. A distribuição da amostra foi ordenada do seguinte modo: feminino (50,8%), masculino (47,5%) e outros (1,7%). Além disso, cerca de três quartos (74,9%) tinham idades compreendidas entre os 18 e os 27 anos. O mais novo tinha 18 anos e o mais velho 50.

No que toca às situações profissionais da amostra, a maioria das respostas surgiram de jovens estudantes, com frequência universitária (42,5%), tendo os demais as tarefas divididas entre o trabalho e os estudos. Os tipos de trabalhos são diversos: operador de caixa de supermercado, informático, gestor comercial, empregado de mesa, empregado em serviços de limpeza, consultor imobiliário ou balconista.

O estado civil desta amostra é bastante diversificado e reflete a variedade de situações pessoais e familiares entre os que escolhem viver fora da sua terra natal. Segundo os dados apresentados no gráfico 2 referente ao estado civil dos inqueridos, 75,8% dos imigrantes estão sem cônjuge, cujos motivos estão relacionados com a formação, trabalho ou simplesmente novas oportunidades de vida.

Existem ainda imigrantes que chegam a Portugal acompanhados de seus cônjuges, um facto que ocorre por várias razões, incluindo reunificação familiar, transferência de trabalho de ambos ou simplesmente por preferência de começar uma nova vida juntos em outro país. Cerca de 11,7% dos inquiridos eram casados e 12,5% viviam em união de facto ou partilham um lar com um relacionamento de longo prazo.

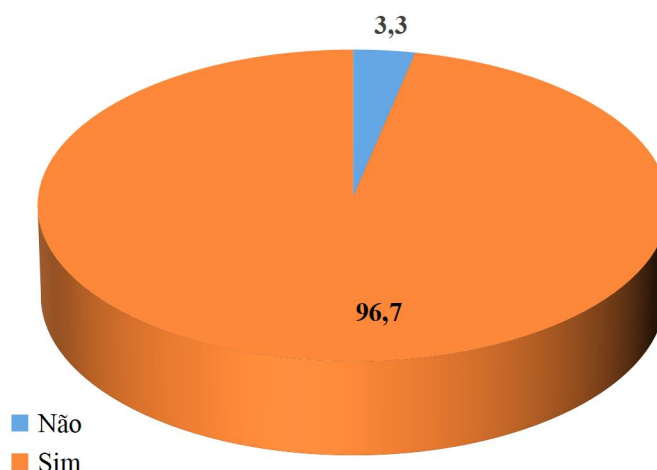
Gráfico 2. Estado Civil



Fonte: Autoria própria

O processo de legalização em Portugal é um processo para alguns muito moroso e burocrático. Embora a Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA) tente reunir capacidade para atender todos os problemas, os inquiridos falam em menos burocracia e mais celeridade no processo de aquisição do cartão de residência ou até mesmo para a sua renovação. Neste sentido, esta amostra revela que 96,7% dos imigrantes inquiridos já possuem autorização de residência.

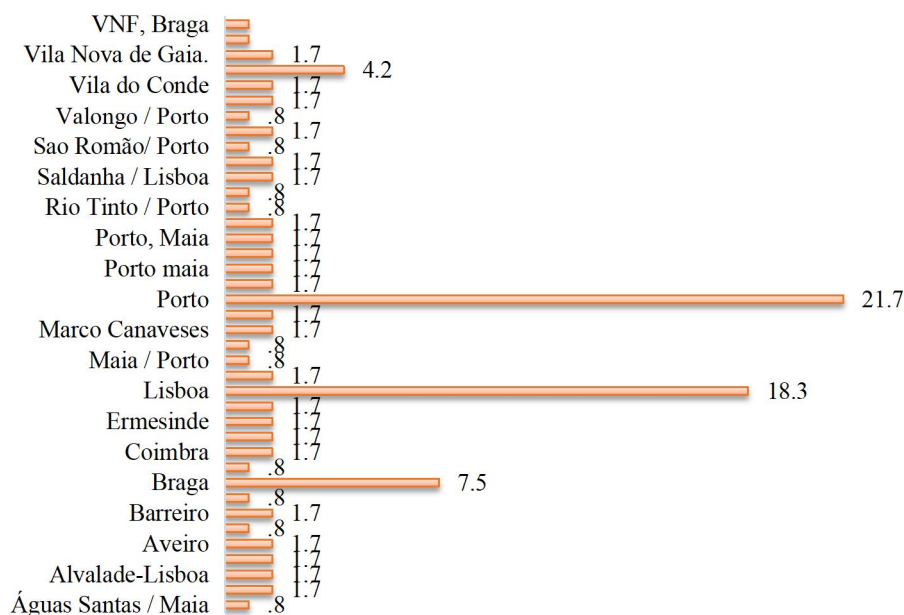
Gráfico 3. Imigrantes com e sem autorização de residência em Portugal



Fonte: Autoria própria

Dos que participaram deste inquérito, a maioria está concentrada nas grandes cidades portuguesas. A distribuição mostra um conjunto alargado de residentes na região metropolitana do grande Porto, na região de Lisboa e também em Braga, mas também com destaque em cidades como Coimbra e Aveiro.

Gráfico 4. Distribuição da amostra por local de residência



Fonte: Autoria própria

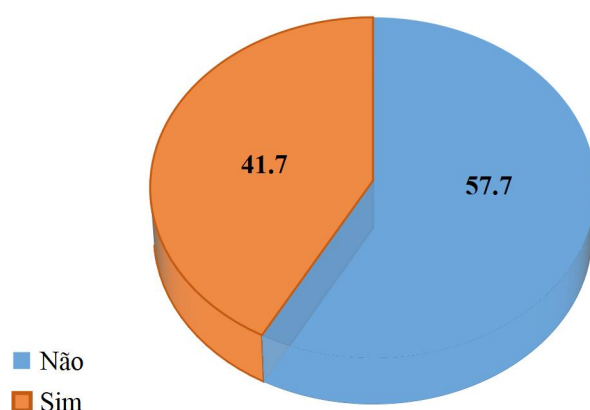
O custo de vida em Portugal disparou e cidades como Lisboa e Porto continuam a ser opções extremamente caras para habitar e viver. Neste sentido, em resposta ao inquérito algumas pessoas falaram a respeito das dificuldades de integração que enfrentam no dia-a-dia, em que cerca de metade dos inquiridos indica que uma das maiores dificuldades está no processo de adaptação ao novo país. Os resultados apontam ainda que, os imigrantes têm dificuldades no processo de legalização, adicionando igualmente outros elementos como dificuldades no acesso ao sistemas de saúde, mercado de trabalho e residência.

O inquérito revela ainda que dos 120 entrevistados, 85,6% afirmam já ter sofrido algum tipo de preconceito. A maioria dos participantes de nacionalidade brasileira 77,5%, imigrantes trabalhadores e com frequência no ensino superior, residentes entre os diferentes concelhos de Portugal. As faixas etárias mais representativas foram de 22 a 30 anos 30,6% e 34 a 40 anos 22%.

Ainda como resultados, muitos inquiridos apontaram a escassez de alojamentos ou habitação para famílias, pessoas individuais ou até mesmo estudantes principalmente nas grandes cidades de Lisboa e Porto como outra grande dificuldade, tendo como segundas opções as cidades vizinhas. Nos relatos, cerca de 41,7% dos inquiridos alegam ter sofrido barreiras e queixam-se de xenofobia, seguido de preconceito linguístico, discriminação social, racismo e falta de reconhecimento de qualificação.

Independentemente de provações e conquista de importantes vitórias com a mobilização e luta, a maioria dos inquiridos que representam 57,7% esclarecem que nunca passaram ou sofreram qualquer tipo de discriminação ou falta de reconhecimento de qualificações. Neste sentido, é importante salientar que, ainda são 47 a dizer que enfrentam barreiras no processo de integração.

Gráfico 5. Enfrentou barreiras como a língua, o reconhecimento de qualificações e/ou a discriminação em Portugal?



Fonte: Autoria própria

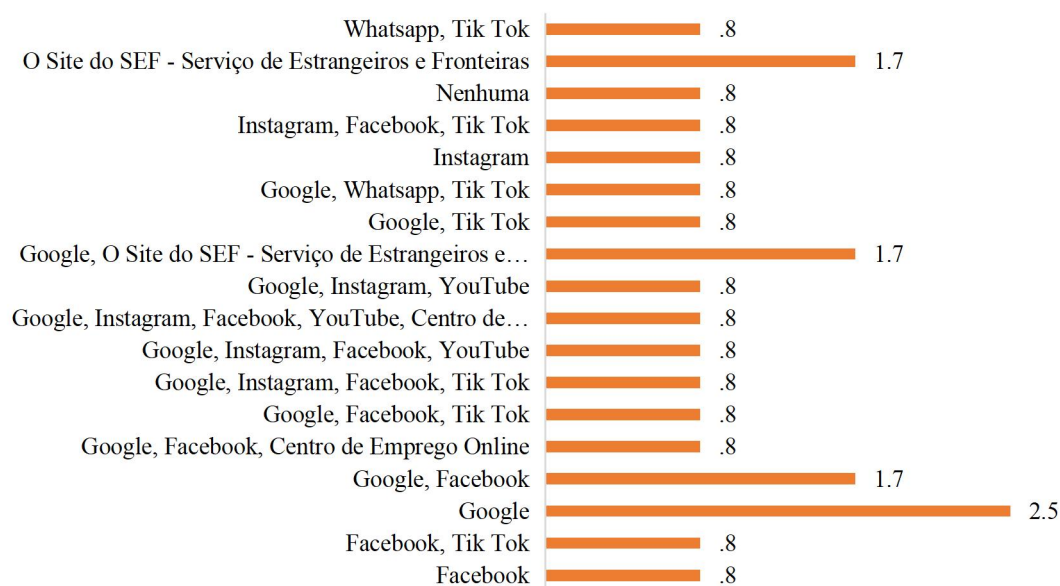
Em traços gerais, pode-se dizer que a integração designa as políticas e as medidas que visam fomentar a coesão social através da aproximação das condições de vida de todos os residentes, enquanto procura divulgar a sua identificação com a comunidade política, através da geração e de fortes vínculos de união e da partilha de valores e práticas entre todos. Embora os programas de integração de imigrantes tenham sido desenvolvidos e implementados ao longo dos anos com objetivo de facilitar a adaptação dos imigrantes no país acolhedor, sempre há espaço para melhorias e ajustes para garantir que esses programas atendam efetivamente às necessidades dos imigrantes e promovam uma integração bem-sucedida e inclusiva.

De acordo com este inquérito, 21,7% dos inquiridos acredita que tais programas precisam de melhorias em aspetos como: acessibilidade nos dados; mais trabalho para a integração e socialização dos imigrantes; atendimento eficaz; clareza e disponibilidade das informações principalmente em questões do processo de legalização; menos burocracia e mais facilidade no processo de arrendamento habitacional; um programa que sirva de intermédio para a rápida inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. No entanto, 12,5% das pessoas que tiveram acesso ao inquérito têm a opinião de que os programas de integração para imigrantes em Portugal não necessitam de qualquer melhoria.

Por outro lado, a internet tem sido uma ferramenta valiosa para obter informações sobre os hábitos, valores e cultura de determinados países. Antes de imigrar para Portugal, muitas pessoas pesquisam sobre diversos aspetos relacionados à vida e à cultura portuguesa. De facto, e com o desejo de obter mais informações a respeito das dinâmicas da vida no país acolhedor, cerca de 23,3 % dos inquiridos garante que estiveram envolvidos num programa de integração em Portugal e que utilizou, antes de chegar a Portugal, a Internet para encontrar informações acerca dos hábitos e valores da cultura portuguesa. O que não foi o caso das pessoas que representam os outros 12,5%.

Com a presente pesquisa é possível constatar que as pessoas buscam utilizar a Internet para obter informações sobre os hábitos e valores da cultura portuguesa antes de chegar ao país, e além das plataformas já mencionadas, entre os que procuraram informações na Internet destacam-se as buscas em sites como o SEF, atualmente AIMA (1,7%), o Centro de Emprego (1,7%) e o Google (2,5%). Não obstante, as várias redes digitais, como Instagram, TikTok, Facebook e outras, que foram várias vezes utilizadas pelos inquiridos.

Gráfico 6. Se consultou a Internet, em que sites ou plataformas?



Fonte: Autoria própria

A análise mostra ainda que as redes sociais se tornarem cada vez mais uma fonte de informação usada, principalmente quando se trata de questões que envolvem conceitos migratórios, pois apenas 1,7% inquiridos afirmam que não precisaram de usar a Internet para obter conteúdos a respeito da sociedade, hábitos, cultura e políticas do país acolhedor.

A evolução dos resultados deste estudo mostra também como o acesso à Internet através de dispositivos móveis ganhou força ao longo dos últimos anos entre os imigrantes. Os aspetos sobre os hábitos de utilização detalham que o Smartphone se consolidou como principal meio para aceder à Internet no país em busca de conteúdos migratórios citado em 28,3% das pessoas que tiveram acesso ao questionário. Já a utilização do computador pessoal para aceder diferentes informações é de apenas 2,5%. Entretanto, (0,8%) dos inqueridos prefere não ter acesso às tecnologias digitais.

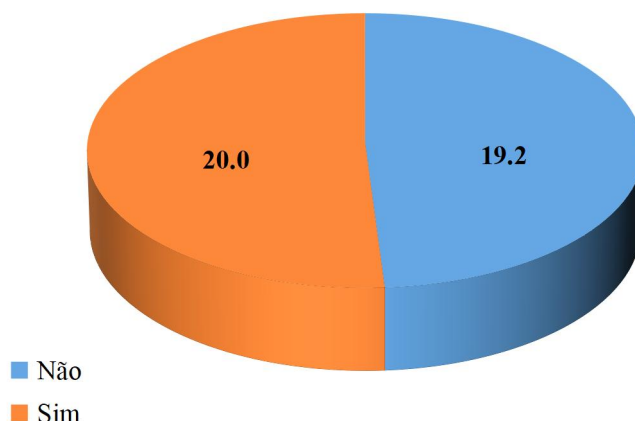
Gráfico 7. Através de que dispositivo tecnológico?



Fonte: Autoria própria

Apesar de tudo, há uma grande divisão entre os que fizeram parte de grupos digitais para facilitar a integração social (cerca de 20% dos inquiridos) e os que estiveram fora (19,2%) desse tipo de grupos (Whatsapp, Telegram, Facebook, etc.).

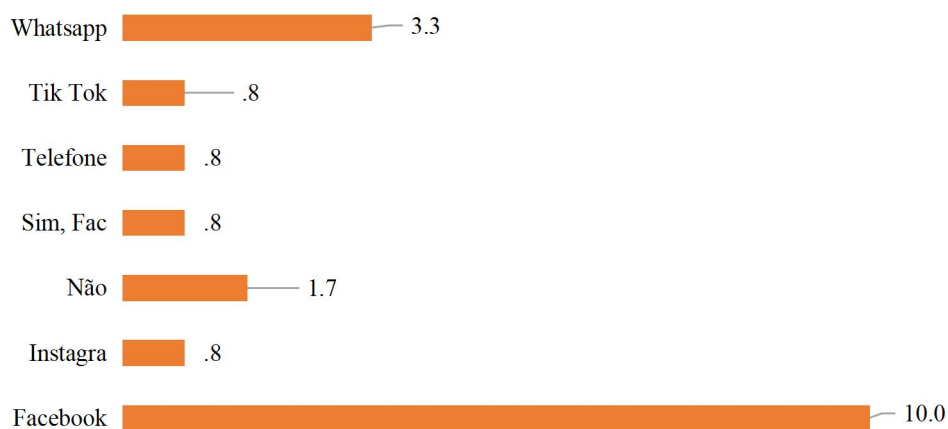
Gráfico 8. Faz, ou fez parte, de algum grupo de Whatsapp, Telegram ou outra rede?



Fonte: Autoria própria

Os meios de comunicação possuem aspetos positivos, como facilitar a comunicação, gerar aceitação das informações pelos grupos ou a criação de uma maior rede de contactos. No entanto, também acarreta consequências negativas se for usado de forma descontrolada ou abusiva. Segundo o inquérito, entre os que usaram plataformas digitais para pesquisa de informações sobre os países para os quais que tencionavam emigrar, incluindo Portugal, as suas escolhas recaíram no Facebook (10%) e no WhatsApp (3,3%), seguidos de Instagram e TikTok em menor percentagem.

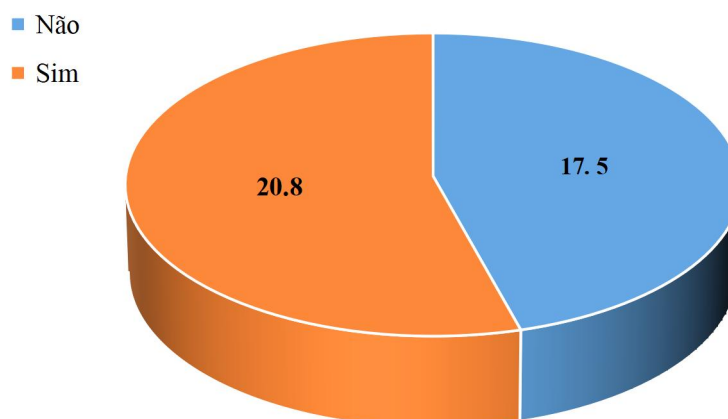
Gráfico 9. Em qual plataforma digital?



Fonte: Autoria própria

Um dos vários objetivos das plataformas digitais é propriamente facilitar a integração social de imigrantes em Portugal, conectando-os a comunidades locais, oferecendo informações úteis e fornecendo oportunidades de rede. E, de facto, 20,8% dos inquiridos garante que conhece alguém que foi por intermédio de familiares e amigos residentes em Portugal, tendo como recurso as plataformas digitais, que conseguiram tratar da documentação para abraçar novos desafios em Portugal. Muitos justificam ainda que, atualmente são solicitados digitalmente por compatriotas em ajudas como: acesso ao sistema de ensino, adaptação ao novo país, arrendamento, custo de vida, processos para a solicitação de vistos e documentos para legalização, informação sobre o mercado de trabalho, ensino, saúde entre outros. No entanto, 17,5% dos inquiridos considera que não necessitaram de qualquer acesso às plataformas digitais para auxílio no processo de imigração e integração.

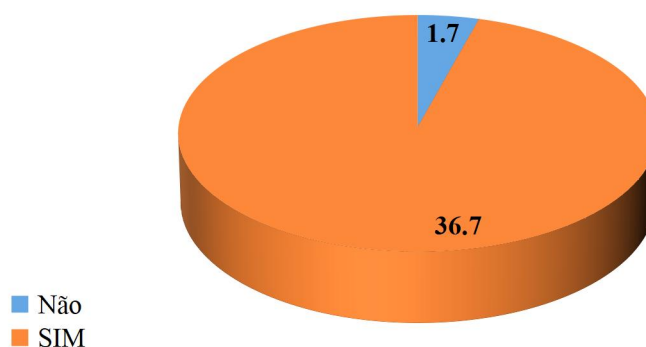
Gráfico 10. Conhece alguém que tenha usado alguma plataforma digital para facilitar a sua integração social, enquanto imigrante, em Portugal?



Fonte: Autoria própria

Por outro lado, em 36,7% (gráfico 11) das respostas recolhidas, os inquiridos reconhecem que as redes digitais são instrumentos úteis para promover a inclusão social dos imigrantes em Portugal e em qualquer outro lugar do mundo. Sublinhando que elas oferecem uma série de benefícios que podem facilitar a integração na sociedade de acolhimento com foco para o fornecimento do fácil e rápido acesso a uma ampla gama de informações úteis, incluindo recursos sobre os direitos legais, serviços de saúde, educação, emprego, habitação e muito mais. Neste aspeto, uma pequena minoria dos respondentes a esta questão (1,7%) considera que as redes digitais não são instrumentos úteis para a promoção da inclusão dos imigrantes em Portugal. Entre estes, as questões do acesso desigual à tecnologia é o grande problema, pois nem todos tem ainda acesso a Smartphones, computadores ou Internet.

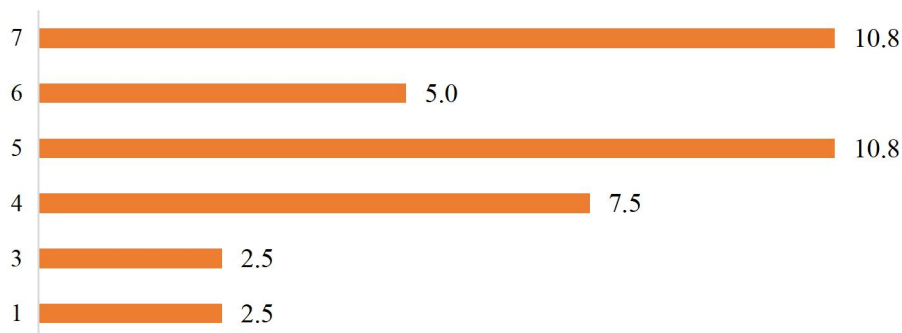
Gráfico 11. Considera que as redes digitais são instrumentos úteis para a promoção da inclusão social dos imigrantes em Portugal?



Fonte: Autoria Própria

Relativamente à questão da linguagem, algumas pessoas sentem que a sua variante de português não é plenamente respeitada pelos portugueses nas interações digitais. São cerca de 5% respostas de 1 a 3 dos inquiridos que consideram existir algumas atitudes preconceituosas e estereótipos linguísticos nas redes digitais. Isso pode-se manifestar através de comentários depreciativos, piadas, correções linguísticas ou discriminação. No entanto, a grande maioria dos respondentes que oscilam entre as respostas 5 e 7 (gráfico 12) 26,6% considera que têm a variante de português aceite e valorizada pelos portugueses nas interações digitais. Detalhe evidenciado pela inclusão de expressões, gírias e referências culturais específicas, bem como pela aceitação da diversidade linguística e cultural.

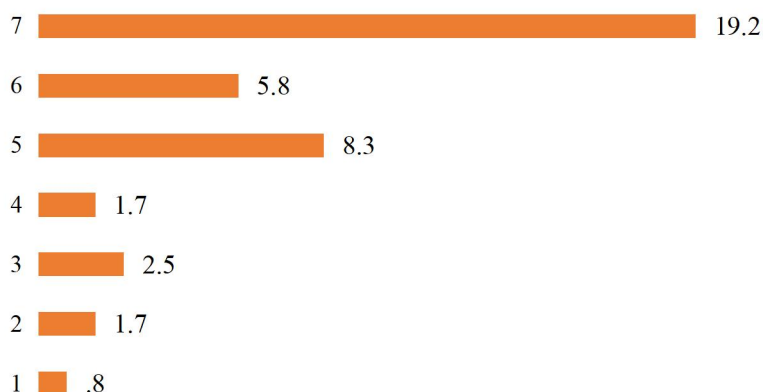
Gráfico 12. Considero a minha variante de português (brasileiro, moçambicano, angolano, cabo-verdiano, etc.) respeitada pelos portugueses nas interações digitais



Fonte: Autoria Própria

De acordo a amostra, 33,3% dos respondentes oscilaram entre o 5 e o 7, concordando que as comunidades digitais podem desempenhar um papel significativo no fortalecimento dos laços entre os imigrantes de língua portuguesa e a sociedade portuguesa. Espaços onde os imigrantes podem obter informações úteis sobre a vida em Portugal, como procedimentos de imigração, serviços públicos, oportunidades de emprego, habitação entre outros.

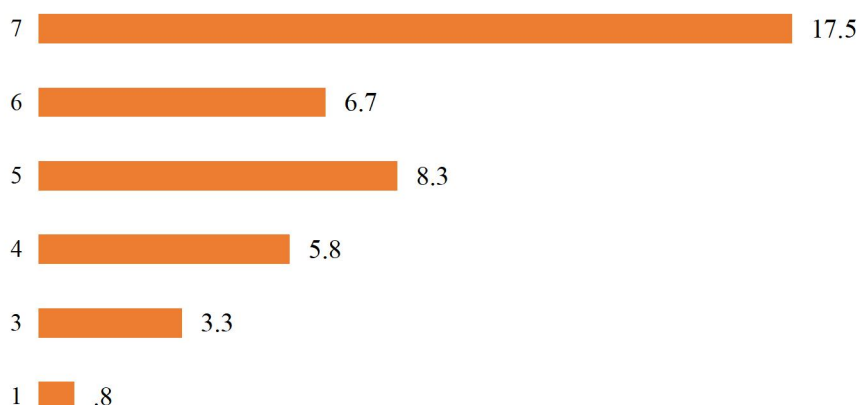
Gráfico 13. As comunidades digitais podem contribuir para fortalecer os laços entre os imigrantes de língua portuguesa e a sociedade portuguesa.



Fonte: Autoria própria

A questão a respeito da influência das tecnologias em geral e das redes sociais em particular gerou diversas opiniões, ainda que mais favoráveis às suas vantagens no processo de integração. No gráfico 14, 32,5% dos respondentes oscilam entre as 5 e 7 concordam com a afirmação de que, as tecnologias em geral e as redes digitais em particular, influenciam positivamente na integração em Portugal.

Gráfico 14. As tecnologias em geral, e as redes digitais em particular, influenciam positivamente a integração em Portugal.

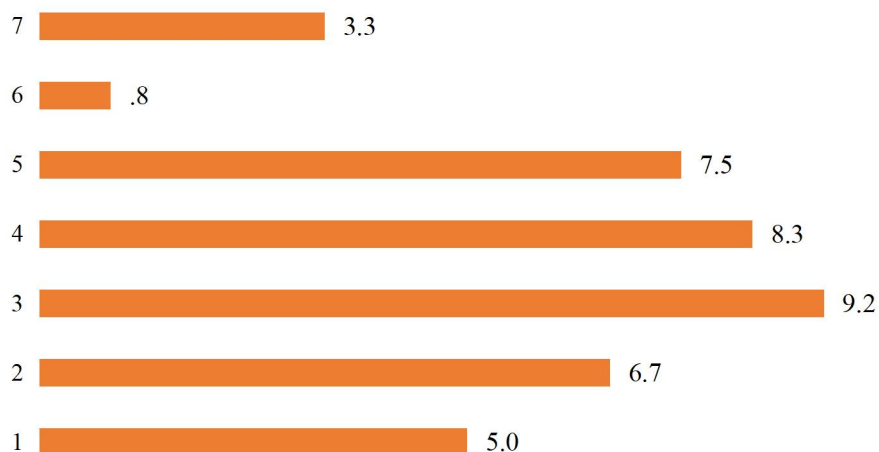


Fonte: Autoria própria

Além disso, o tratamento dos imigrantes de língua portuguesa pelos portugueses nas tecnologias pode variar dependendo de uma série de fatores, incluindo a plataforma específica, as políticas de moderação de conteúdo e as atitudes individuais dos utilizadores. Cerca de 11,6% (gráfico 15), combinado de 5 a 7 consideram que existem razões de queixa. Todavia, 20,9% combinado

de 1 a 3 discordam desse facto. Isso é também comprovado pela resposta seguinte, onde 23,4% considera que os imigrantes de língua portuguesa em Portugal são tratados com o respeito necessário. Pelo contrário, apenas 6,7% acha que não.

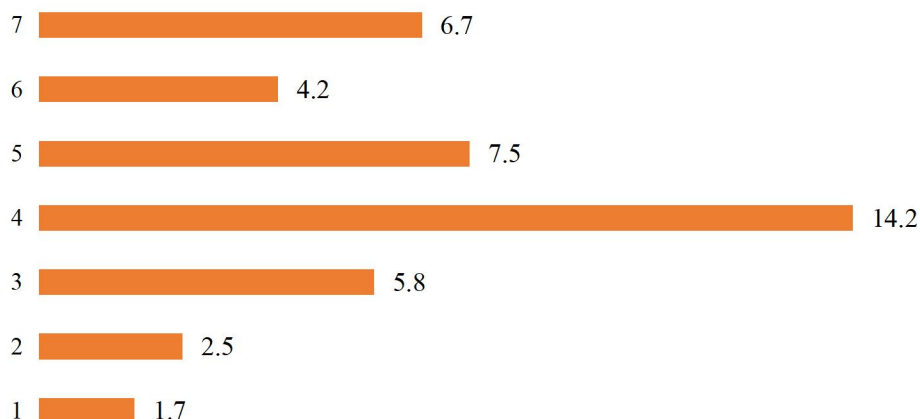
Gráfico 15. Os imigrantes de língua portuguesa são mal tratados nas tecnologias, em Portugal



Fonte: Própria

A inclusão social dos imigrantes é por isso um processo complexo e multifacetado que envolve garantir que os mesmos sejam tratados com respeito, dignidade e igualdade, e tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos em todas as esferas da sociedade. A este respeito, a questão 9.5, que pede o posicionamento dos inquiridos face à afirmação “Os imigrantes de língua portuguesa em Portugal não são incluídos nas várias dinâmicas sociais”, deixa no ar uma certa indecisão entre os respondentes uma vez que a maioria nem concorda nem discorda 14,2% (gráfico 16). Talvez nesta indecisão esteja uma certa ambivalência: nem os imigrantes se aproximam muito nem os portugueses contribuem muito para maior inclusão.

Gráfico 16. Os imigrantes de língua portuguesa em Portugal não são incluídos nas várias dinâmicas sociais



Fonte: Autoria Própria

A última questão do inquérito diz respeito às sugestões que os inquiridos teriam, tendo em conta as tecnologias digitais, para melhorar a integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal. Com uma comunidade de imigrantes que cresce a cada dia, uma das inúmeras sugestões que mais aparece nas respostas é que se criasse um método com maior eficácia que facilitasse aos imigrantes o acesso principalmente à saúde, habitação e trabalho em todas as áreas. Outra sugestão deveras importante deixada pelos inquiridos é que as televisões portuguesas, com extensão nas plataformas digitais com transmissões por *streaming*, investissem em conteúdos capazes de refletir e identificar a mistura de nacionalidades que atualmente vivem em Portugal, sobre formas a facilitar a integração. As tecnologias digitais podem, de facto, ser utilizadas de modo a unir as realidades dos imigrantes de língua portuguesa às realidades portuguesas de forma a criar maior coesão cultural. Por outro lado, muitos inquiridos acreditam que a criação de um portal de imigração, ou seja, uma página com toda informação e dicas relevantes, pode ser uma mais-valia para quem pretende imigrar.

Por outro lado, há quem defenda que as tecnologias digitais visam criar comunidades online dedicadas aos imigrantes de língua portuguesa, onde possam partilhar experiências, fazer perguntas, obter conselhos e se apoiar mutuamente. Tais comunidades podem ser hospedadas em redes sociais, fóruns de discussão ou em plataformas específicas e proporcionar um espaço seguro para os imigrantes se conectarem e interagirem.

Relativamente às correlações evidenciadas pelo estudo, verificou-se que a aceitação e perceção positiva dos imigrantes na sociedade portuguesa influencia diretamente a facilidade com que os mesmo se integram. Por outro lado, destaca a importância de um esforço coordenado entre governos, organizações, sociedade civil, comunidades locais e os próprios imigrantes para promover uma integração bem-sucedida e inclusiva.

Os inquiridos que buscam todos os dias na Internet informações sobre hábitos, costumes ou até mesmo o mercado de trabalho sobre o país migratório e têm as redes sociais como instrumentos úteis para a promoção da inclusão dos imigrantes em Portugal, concordam com o respeito evidenciado pelos portugueses em 93,6% ($r = -0,431$, $p < 0,05$).

Parte V – Discussão de resultados e considerações finais

Discussão de resultados

Com base nos respetivos resultados, conseguiu-se aferir tanto a perspetiva dos imigrantes, quanto a utilização das redes sociais para a integração daqueles que buscam, nas diferentes cidades de Portugal, uma oportunidade a nível pessoal como profissional.

Após ter sido realizada a apresentação dos resultados, é necessário compreender as conclusões e verificar se a parte teórica deste estudo está devidamente alinhada com a prática. Neste sentido, é possível constatar, tal como é corroborado pela bibliografia sobre o tema, que nas respostas ao questionário a maioria dos inquiridos considera essencial a presença ativa nas redes sociais para uma melhor integração social, ainda que existam aqueles que consideram poder adaptar-se e integrar-se sem o recurso às mesmas – apenas com o auxílio de pessoas próximas e sem o uso destes meios de comunicação digital. Ao longo deste estudo, foi possível constatar, por meio das respostas ao questionário, que a maioria dos inquiridos utiliza as redes sociais para esse efeito de integração.

No que diz respeito à política de imigração de Portugal, este fenómeno afeta atualmente a vida de muitas pessoas e é mais grave do que nunca quando a questão envolve as políticas económicas e sociais nas relações internacionais dos diferentes países. E não há razão para acreditar que esta questão se tornará menos relevante nas próximas décadas. Ao responderem o inquérito, as pessoas apontam alguns fatores por detrás da procura de imigração. Estas incluem profundas mudanças incluindo tecnológicas e o seu impacto em diferentes segmentos da sociedade, no mercado de trabalho, grandes e crescentes desigualdades e, mais recentemente, na segurança. Espelhando também preocupações de deslocamento até medos sociais e culturais mais complexos. Contudo, há uma razão que parece ser raramente explorada: o contributo da imigração para a mudança e o impacto da imigração em grande escala na velocidade da mudança. Dois conjuntos adicionais de factos relacionados com os atuais níveis e padrões de imigração complicam ainda mais os desafios do governo relacionados com a imigração. Primeiro, a imigração aumentou dramaticamente e os locais de origem dos imigrantes expandiram-se significativamente. Em segundo lugar, os grupos de imigrantes começaram a espalhar-se a partir de locais onde estavam concentrados há muito tempo.

Começaram nas grandes cidades, que tinham pelo menos uma experiência considerável na gestão de vagas sucessivas de migração doméstica e internacional, e espalharam-se por cidades mais pequenas, subúrbios e comunidades cada vez mais rurais.

Além disso, como mencionado anteriormente, nos gráficos 7, 8, 9, 10 e 11, o WhatsApp, a Google e o Facebook são das plataformas mais seguidas pelos imigrantes para a obtenção de informações. Esses dados reforçam a maior relevância e a popularidade dessas plataformas digitais como suporte de comunicação no contexto migratório. Essa abordagem está em sintonia com a revisão de literatura realizada, que realça o quanto o computador e a Internet têm sido

reconhecidos, assumindo desta forma uma crescente necessidade para a generalidade das pessoas.

Entretanto, a compreensão e os benefícios que podem advir do uso destes meios, especialmente para a socialização e integração das comunidades imigrantes, ultrapassam esses objetivos e também refletem o uso das tecnologias pelas comunidades imigrantes, seja no papel que executam na ligação com o país de origem como na procura de novas oportunidades. Manuel Castells (2004) sublinha que, para além de novas formas de comunicar, as redes sociais e a Internet em geral proporcionam também novas formas de interação social.

Chegados a este ponto, interessará perceber o que significa comunicar na Internet. Gustavo Cardoso (2003) refere que, permite fazer aquilo que as pessoas aprendem em sociedade, como por exemplo integrar diversas redes de relações pessoais, profissionais e de amizade. Tal consiste em criar limites que têm menos a ver com a distância física e mais com a partilha de interesses comuns.

Por fim, é relevante relacionar os resultados obtidos com as teorias discutidas na revisão de literatura. Por exemplo, Isabel Cunha (2008), na sua investigação sobre o uso e consumo da Internet por imigrantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e países de leste do Brasil, na área da grande Lisboa, concluiu que as redes sociais consumidas por grupos de imigrantes eram fortemente moldadas pelas suas trajetórias de vida, nacionalidade, competências linguísticas e pelas condições de vida, sociais e económicas.

O que, de certo modo, se verificou neste trabalho: os resultados apontam para a criação de redes de sociabilidade funcional, mas também para redes de amizade e entreajuda.

Nem todos os participantes têm a mesma facilidade em aceder a estes dispositivos, embora, tal como verificamos, quase todos afirmem que utilizam o computador e a Internet. De uma maneira geral, a esmagadora maioria utiliza a Internet para o estabelecimento de contactos com o seu semelhante. Referindo também alguns resultados que obtivemos no inquérito, cerca de 20% votaram afirmativamente de que mantêm uma boa interação nas redes digitais.

A Internet para os imigrantes da comunidade dos países de língua oficial portuguesa afigura-se então como um veículo de extrema importância no contacto com a família e amigos, com a vantagem de aliar voz e imagem e a baixo custo – fator de enorme importância na escolha destas tecnologias de comunicação. A distância geográfica que os separa da sua terra natal parece ser um forte intensificador do uso destas ferramentas.

Esta comunidade também valoriza a Internet nos processos de sociabilidade e interação com as realidades da sociedade de acolhimento e com as redes locais de serviços, nomeadamente no que se refere aos direitos básicos de cidadania, mais precisamente ao trabalho, residência, saúde, educação e regularização jurídica. A sua utilidade manifesta-se também na intensificação e fortalecimento de iniciativas de mobilização. Através de listas de discussão, email, blogues e

sites, a Internet favorece a rápida circulação de ideias e posicionamentos, favorecendo a promoção de ações, campanhas e mobilizações sociais.

A comunidade imigrante reconhece as enormes vantagens organizacionais e culturais que estes meios tecnológicos proporcionam, mas reconhece também algumas lacunas no aproveitamento das reais potencialidades da Internet. No futuro anseiam ampliar as suas capacidades técnicas e comunicativas, com o intuito de reforçar todos os mecanismos que a Internet proporciona (Cogo, 2012).

Além disso, foi identificado que uma das formas de interação é a utilização de vários tipos de comunicação, conforme mencionado anteriormente. Como já havíamos referido, as inovações digitais são fundamentais e têm um impacto para os imigrantes. As interações nas redes sociais, confirmadas pelos resultados dos inquéritos, ajudam a perceber o quanto é importante essa conectividade e busca de informação dos imigrantes nas redes sociais que de certo modo, acabam ajudando no processo de interação dos mesmos na sociedade portuguesa.

Por outro lado, verificamos que existem algumas dinâmicas de exclusão como é o caso da linguagem, ainda que essa não tenha sido a regra maioritária. No entanto, verificamos alguns relatos associados a atitudes preconceituosas e baseadas em estereótipos linguísticos para com os imigrantes PALOP nas redes digitais – comentários depreciativos, piadas, correções linguísticas ou discriminação.

Em resumo, embora não exista uma pesquisa específica sobre qual meio ou formato possui o maior impacto nos processos de integração social, é o conteúdo em si que faz a diferença. Em suma, os resultados deste estudo indicam que o processo migratório, e em particular o uso das redes digitais para maior integração no país de acolhimento, desempenha um papel crucial no contexto integração dos imigrantes. A integração contribui para uma sociedade mais coesa, diversificada e rica culturalmente, demonstrando igualmente uma maior atenção às necessidades dos imigrantes. Essa dinâmica enquadra-se com as teorias discutidas por Miller e Castles (2013) que argumentam a existência de diferentes temas relevantes para a migração, incluindo mudanças económicas, políticas, demográficas e ambientais, acrescentando que nas várias categorias de migrantes (económicos, refugiados, deslocados internos e estudantes internacionais) existem diferentes motivações que geram diferentes processos de integração.

As conclusões obtidas são consistentes com a literatura revisada e reforçam a importância estratégica da presença ativa dos imigrantes nas redes sociais, especialmente nas plataformas de maior uso geral. Além disso, os resultados evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada, considerando tanto o ambiente online como o offline uma ponte que pode levar em consideração as necessidades dos imigrantes residentes nas sociedades acolhedoras.

Considerações Finais

Ao longo deste estudo, procurámos compreender a interligação entre os imigrantes da comunidade dos países de língua portuguesa e o impacto das redes sociais no processo de imigração, explorando as perspetivas da sua integração na sociedade portuguesa. Observamos que a política de integração é eficaz, na promoção a aprendizagem da língua portuguesa, no mercado de trabalho e quais os contributos para inclusão social. Verificamos que apesar da existência de muitas políticas de integração em Portugal, existem falhas e dificuldades nos processos tecnológicos, o que poderia melhorar o processo de integração. No entanto, as políticas visam, com grande esforço, a valorização da diversidade cultural e combatem a discriminação de forma a criar um ambiente acolhedor e inclusivo. É evidente que muita coisa precisa ser feita. Investimentos contínuos em programas de apoio, formação e sensibilização são necessários para garantir que todos os imigrantes, independentemente da sua origem, tenham as mesmas oportunidades de prosperar e contribuir para o desenvolvimento de Portugal.

Partindo da questão de investigação, que visava perceber as estratégias e os constrangimentos de integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal, fomos orientando a pesquisa e explorando as estratégias e práticas adotadas pelos imigrantes para a utilização das redes digitais com o objetivo de obter conhecimentos sobre o processo. De facto, percebemos que a integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal apresenta-se como um desafio complexo e ao mesmo tempo enriquecedor para quem imigra e para a sociedade portuguesa. Este retrato revela uma realidade multifacetada, onde diferentes fatores influenciam o processo de adaptação e inserção desses indivíduos na comunidade local. Em termos linguísticos, a língua portuguesa comum facilita a comunicação inicial, porém, aprofundar o domínio do idioma pode ser crucial para uma integração mais completa, especialmente no contexto educacional e profissional. Programas de aprendizagem podem ter um papel essencial nesse sentido.

Com o aumento significativo do número de utilizadores das redes digitais, tornou-se indispensável ter uma presença ativa no mundo online e offline, tal como nos foi possível observar. O mundo enfrenta uma era em que as pessoas primam e valorizam essencialmente informações rápidas e experiências únicas.

No âmbito da integração por intermédio das redes digitais, há várias estratégias que trazem vantagem para os imigrantes, nomeadamente a presença ativa que permite estabelecer uma ligação direta com o país de origem, manter contacto com os familiares, bem como recolher dados e conhecimentos sobre o destino. Esta interação mais rápida possibilita uma maior certeza às comunidades migratórias. Ao utilizar esses métodos, as pessoas conseguem passar experiências entre si, de forma mais eficaz, utilizando vários canais como o Instagram, Facebook, Tiktok, entre outros.

Várias foram as limitações do estudo para a realização da tese. Uma das principais dificuldades encontradas tem a ver com a definição do tema de estudo. Pois procurar perguntas de partida foi um processo complexo que exigiu um esforço considerável para chegar ao tema e à posterior pesquisa. Uma vez definido o tema, enfrentamos alguns obstáculos no que concerne à revisão bibliográfica, especificamente na obtenção de documentos e conceitos relevantes, porque o tema escolhido apesar de não ser recente está em constante mudança e não encontra muitas investigações estruturadas. Essa constante evolução dificultou a localização de material atualizado e com fontes confiáveis que pudessem tornar a pesquisa sólida e consistente. Além disso, uma das áreas específicas que apresentou maiores dificuldades foi, precisamente a das redes digitais e o processo de integração dos imigrantes. Creio que são necessários mais estudos neste campo.

Ao aplicar o inquérito por questionário, deparamo-nos com a dificuldade em tratar as respostas dadas às perguntas de resposta aberta. Essas respostas requerem uma análise mais cuidadosa e uma interpretação mais cuidada. Nesse contexto, foram realizados esforços adicionais para superar essas limitações, como a utilização de fontes alternativas, a análise cuidadosa das respostas dos questionários e a busca por informações complementares que ajudassem a preencher as lacunas existentes. Apesar das dificuldades, o estudo procurou superar essas limitações e contribuir para o entendimento e o impacto das plataformas digitais no processo de integração dos imigrantes em Portugal.

A conclusão desta investigação destaca a importância de realizar estudos futuros que aprofundem a integração dos imigrantes de Língua Portuguesa em Portugal. Os resultados obtidos fornecem uma base sólida para direcionar futuras pesquisas e explorar ainda mais as oportunidades e desafios que este tema tem e que está sempre em constante evolução. Uma das abordagens a seguir em futuras teses consiste numa análise aprofundada de redes sociais e outras plataformas digitais, com o intuito de identificar não só os conteúdos mais interativos, mas também compreender as motivações e preferências do público-alvo. Uma melhor compreensão do comportamento dos imigrantes nas redes sociais permitirá desenvolver estratégias mais eficazes para aumentar os conhecimentos e informações.

A pesquisa contínua é necessária para acompanhar estas mudanças e fornecer percepções atualizadas aos imigrantes, permitindo-lhes adaptar-se e destacar-se num ambiente digital em constante transformação. Em suma, os próximos estudos com foco nos imigrantes e nas plataformas digital devem explorar a análise aprofundada das redes sociais, um processo dinâmico e em evolução que requer o compromisso de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, R. (2000) *Fenómeno Associativo em Contexto Migratório, Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta.

Andrade, J. G. (2021). *Língua portuguesa global: Comunicar no panorama mediático lusobrasileiro*. Braga, Portugal: Minho Editora.

Branco, I. (2012). A língua portuguesa e os média nas vivências de imigrantes nepaleses em Portugal. *Revista Comunicando*, vol. 1, nº1, Universidade Nova de Lisboa.

Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

Burrell, J. & Anderson, K. (2008). I have great desires to look beyond my world: trajectories of information and communication technology use among Ghanaians living abroad. *New Media & Society*, 203-224.

Castles, S. Haas, H. Miller J. (2013). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*.

Cardoso, Gustavo (2003), *O que é – Internet*, 1ª Ed., S.L: Quimera Editores.

Carmo, H. & Ferreira, M. (2008), *Metodologia da investigação - guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

Castells, M. (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, vol. 1, 1ª Ed. (ed. original 1996, 2000), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2004), *A Galáxia Internet* (The *Internet Galaxy*, tradução Rita Espanha), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CPLP. *Promoção e Difusão da Língua Portuguesa*, 2006. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-253.aspx> (Acesso em 20 de Junho de maio de 2024).

CPLP. Histórico – Como surgiu?, 2012. Disponível em: [http://www.cplp\(.org/id-2752.aspe](http://www.cplp(.org/id-2752.aspe)
Acesso em 10 de Maio de 2024)

CPLP, Estatutos, 2007. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49> Acesso em 12 de Maio de 2024)

Constituição da República Portuguesa disponível em: <file:///C:/Users/stela/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/07380775.pdf> (Acesso em Marco de 2024).

Cogo, Denise (2012), “*Migrações transnacionais e usos sociais da Internet por brasileiros na Espanha*”, *Diálogos de la Comunicación*, Revista Académica de la Federación Latino Americana de Facultades de Comunicación Social, Ed. 84.

Cesareo, V. (2011). *What kind of integration?* In V. Cesareo & G. C. Blangiardo (eds.), *Integration Indexes: An Empirical Research on Migration in Italy*. Milano: ISMU.

Costa, P.M. (2015). *O Interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português*. *Política & Sociedade*, 14(30), 56-71.

Costa, P.M. (2012). *Comunidade Política, Imigração e Coesão Social: O caso português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Cunha, Isabel F. (2008), “*Usos e consumos da televisão e da Internet por imigrantes*”, *Revista Comunicação e Cultura*, Lisboa, nº6, 81-103.

Dias, M. (1994). *O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais*. Maria Isabel Correia Dias

Feijó Sobrinho, Pedro da Silva. *Comunidade dos países de língua portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e económicas*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Freixo, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2009.

Lampreia, Luís Felipe. *A Política Externa do governo FHC: continuidade e renovação*. Revista Brasileira de Política Internacional. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, v.41, n. 2, p. 05 – 17, jul./dez. 1998.

Malheiros, Jorge M. (2011), *Promoção da interculturalidade e da integração de proximidade: manual para técnicos*, Lisboa: ACIDI, 24.

Nogueira, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Oliveira, J.P.; Cardoso, G.; Barreiros, J. J. (2004a), “Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação”, in Oliveira, J. P., Cardoso, G. & Barreiros, J. J. (org.), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, S. l.: Quimera Editores, 15-25.

Planos para a Integração dos Imigrantes: *política de integração ou medidas de integração* disponível em: [APS - VIII_COM0079 - Planos integracao.pdf \(uab.pt\)](#) (acesso em 1 de Junho de 2024)

Peixoto, João (2002b), *Os mercados da imigração: Modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal, Imigração e Mercado de Trabalho, Cadernos Sociedade e Trabalho II*, Lisboa: MSST/DEPP.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras: Celta Editora.

POSTMAN, N. (1992), *Tecnopolia - Quando a Cultura se rende à Tecnologia*, Lisboa: Difusão Cultural.

Quesenberry, K. (2019). *Social media strategy: marketing, advertising, and public relations in the consumer revolution*. Lanham, EUA: Rowman & Littlefield.

Ramos, N. (2009). *Diversidade Cultural, Educação e Comunicação Intercultural. Políticas e Estratégias de Promoção do Diálogo Intercultural*. Revista Educação em Questão, 34 (20), 9-32. retirado de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/>

Ramos, N. (2013). *Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas*. *The Overarching Issues of the European Space*, 343-360. Retirado de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7707>

Rodrigues, Eduardo, Florbela Samagaio, Hélder Ferreira, Maria Manuela Mendes & Susana Januário (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Sociologia, Porto, 9, 63-101.

Santos, Boaventura de Sousa. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 25-94.

Saraiva, José Flávio Sombra. (Org.), *Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Relatórios de imigração e Asilo, Disponível em; [RIFA2022 vF2a.pdf \(sef.pt\)](#) (Acesso em 01 de Julho de 2024).

Scholten, P. (2011). *Framing Immigrant Integration: Dutch Research-Policy Dialogues in Comparative Perspective*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa: Colibri.

Telsaç, Cüneyt & Telsaç, Özlem. (2022). Causes of Migration and its effects. 2nd International Symposium "*Global Migration Phenomenon*". With Its Security, Economic, Social, Political And Cultural Dimensions. Ankara.

Toffler, A., & Toffler, H. (2003). *Futuro. Comunicação apresentada na Expomanagement*. Recuperado de [http://www.fesprr.br/guil/OSM_Guil/Alvintoffler\(P\)](http://www.fesprr.br/guil/OSM_Guil/Alvintoffler(P)).

Anexos



Inquérito

A Integração dos Imigrantes de Língua Portuguesa em Portugal. Um Retrato Digital

Sou a Stela Nuno, aluna do mestrado de Comunicação Redes e Tecnologia, na Universidade Lusófona. Na minha dissertação escolhi estudar "A integração dos Imigrantes de Língua Portuguesa em Portugal. Um Retrato Digital". O objetivo é perceber as dinâmicas digitais de integração dos imigrantes entre pessoas da pertencentes à CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim, procuro pessoas que tenham imigrado para Portugal, no passado ou recentemente, para entender melhor estas dinâmicas.

O questionário é totalmente anónimo, possui apenas 10 questões e demora cerca de dois minutos a preencher. Todas as respostas e opiniões são válidas.

Peço-lhe a máxima honestidade, já que questionário será confidencial e somente utilizado para fins académicos. No final, todas as informações serão eliminadas.

Concorda em preencher o presente questionário?

Sim

Não

1. Nacionalidade?

Sua resposta

2. Idade?

Sua resposta

3. Profissão?

Sua resposta

4. Estado Civil?

Casado / Solteiro / União de facto

5. Género?

Masculino / Feminino / Prefiro não dizer / Outro

4. Reside, atualmente, em Portugal?

Sim / Não

6.1. Se sim, em que cidade/distrito?

6.2. Se tem residência em Portugal, quais foram (ou estão a ser) as principais dificuldades de integração no dia-a-dia (pode assinalar mais de uma opção)

Residência / Documentos para o processo de legalização / Emprego / Acesso ao Sistema de Ensino / Acesso ao Sistema de Saúde
Adaptação ao novo país Outro:

6.3. Se escolheu "Outra opção" na questão anterior (6.2.), qual?

6.4. É sabido que muitas vezes os imigrantes enfrentam barreiras como a língua, o reconhecimento de qualificações e/ou a discriminação. Foi o seu caso?

Sim / Não

6.5. Se respondeu "Sim" na questão anterior (6.4.), que tipo de barreiras enfrentou ou enfrenta?

6.6. Os programas de integração de imigrantes são desenvolvidos para melhorar esse processo. Acha que em Portugal esses programas precisam de melhorar?

Sim / Não

6.7. Se respondeu "Sim" na questão anterior (6.6.), que melhoria acha necessária?

7. Se esteve envolvida(o) num processo de integração em Portugal, utilizou, antes de chegar a Portugal, a Internet para encontrar informação acerca dos hábitos e valores da cultura portuguesa?*

Sim / Não

7.1. Se sim, em que sites ou plataformas? (pode escolher mais do que uma opção)

Google / O Site do SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras / Whatsapp / Instagram / Facebook / YouTube / Tik Tok / Centro de Emprego Online / Telegram / Outro:

7.2. Se respondeu "Outra opção" na questão anterior (7.1.), qual?

7.3. Se sim, através de que dispositivo tecnológico? (pode escolher mais do que uma opção)

Telemóvel/smartphone / Computador pessoal / Computador de uma biblioteca / Computador de um amigo/conhecido / Tablet
Outro:

7.4 Faz, ou fez parte, de algum grupo de Whatsapp, Telegram ou outra rede digital com o objetivo de facilitar a sua integração em Portugal?

Sim / Não

7.5. Se respondeu "Sim" na questão anterior (7.4), em qual plataforma digital?

7.6. Conhece alguém que tenha usado alguma plataforma digital para facilitar a sua integração social, enquanto imigrante, em Portugal?

Sim / Não

7.7. Se respondeu "Sim" na questão anterior (7.6), em que assunto é que esse seu conhecido pediu ajuda?

8. Considera que as redes digitais são instrumentos úteis para a promoção da inclusão social dos migrantes em Portugal?

Sim / Não

9. Tendo em consideração as seguintes afirmações, posicione-se:

- Considero a minha variante de português (brasileiro, moçambicano, angolano, cabo-verdiano, etc.) respeitada pelos portugueses nas interações digitais que tenho.

1 / 2 / 3 / Discordo completamente

4 / 5 / 6 / 7 Concordo completamente

9.1. As comunidades digitais podem contribuir para fortalecer os laços entre os imigrantes de língua portuguesa e a sociedade portuguesa.

1 / 2 / 3 Discordo completamente

4 / 5 / 6 / 7 Concordo completamente

9.2. As tecnologias em geral, e as redes digitais em particular, influenciam positivamente a integração em Portugal.*

1 / 2 / 3 Discordo completamente

4 / 5 / 6 / 7 Concordo completamente

9.3. Os imigrantes de língua portuguesa são mal tratados nas tecnologias, em Portugal.*

1 / 2 / 3 Discordo completamente

4 / 5 / 6 / 7 Concordo completamente

9.4. Os imigrantes de língua portuguesa em Portugal são tratados com o respeito necessário.*

1 / 2 / 3 Discordo completamente

4 / 5 / 6 / 7 Concordo completamente

9.5. Os imigrantes de língua portuguesa em Portugal não são incluídos nas várias dinâmicas sociais.*

1 /2 /3 Discordo completamente

4 /5 /6 /7 Concordo completamente

10. Que sugestões teria, tendo em conta as tecnologias digitais, para melhorar a integração dos imigrantes de língua portuguesa em Portugal?